



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília – 2017



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN – TCU N° 63/2010, da Decisão Normativa – TCU N° 154/2016, da Portaria – TCU N° 59/2017 e da Portaria – CGU N° 500/2016.

Subunidade responsável pela elaboração: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração

Brasília – 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACI	Assessoria de Cooperação Internacional
ACS	Alcântara Cyclone Space
AEB	Agência Espacial Brasileira
AIN	Auditoria Interna
ANA	Agência Nacional de guas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AO	Anúncio de Oportunidades
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBERS	Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (sigla em inglês)
CEA	Centro Espacial de Alcântara
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CGWIC	China Great Wall Industry Corporation
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CNAE	Comissão Nacional de Atividades Espaciais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBAE	Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
ComAer	Comando da Aeronáutica
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DLR	Centro Espacial Alemão (sigla em inglês)
DPEI	Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos
DPOA	Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração
DSAD	Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento
DTEL	Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia
FUNCATE	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
GIA-SJC	Grupo de Infraestrutura de São José dos Campos
GOCNAE	Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
IAE	Instituto de Aeronáutica e Espaço
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IEF	ndice de Execução Financeira
IEO	ndice de Execução Orçamentária
IFI	Instituto de Fomento Industrial
IN	Instrução Normativa
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LAI	Lei de Acesso  Informação

LIT	Laboratório de Integração e Testes
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAER	Ministério da Aeronáutica
MC	Ministério das Comunicações
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MECB	Missão Espacial Completa Brasileira
MF	Ministério da Fazenda
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTCR	Regime de Controle de Tecnologias de Misseis (sigla em inglês)
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PATT	Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia
PBM	Plano Brasil Maior
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDR	Revisão Preliminar do Projeto (sigla em inglês)
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEB	Programa Espacial Brasileiro
PES	Programa Esplanada Sustentável
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PLOA	Proposta de Lei Orçamentária Anual
PMM	Plataforma Multimissão
PNAE	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PNDAAE	Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
PNE	Portador de Necessidades Especiais
PPA	Plano Plurianual
PPP	Plano de Providência Permanente
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
SARA	Satélite de Reentrada Atmosférica
SCD	Satélite de Coleta de Dados
SEDEC	Secretaria de Defesa Civil
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINDAAE	Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNAE	Sistema Nacional de Atividades Espaciais
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPL	Setor de Preparação e Lançamento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAS	Thales Alenia Space

TCU	Tribunal de Contas da União
TOT	Plano de Transferência de Tecnologia (sigla em inglês)
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VLM	Veículo Lançador de Microssatélites
VLS	Veículo Lançador de Satélites
VS	Veículo Suborbital

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Global Space Activity, 2015	16
Organograma da AEB	18
Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	21
Macroprocessos finalísticos	22
Ação 154L – Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC	35
Ação 20V0 – Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites	36
Ação 20VB – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial	37
Ação 20VC – Desenvolvimento e Lançamento de Satélites	38
Ação 7F40 – Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA	39
Execução orçamentária Ação 7F40	40
Restos a pagar das ações não previstas na LOA durante o exercício de 2016	41
Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	45
Despesas por modalidade de contratação	47
Despesas por grupo e elemento de despesa	48
Concessão de suprimento de fundos	49
Utilização de suprimento de fundos	49
Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	50
Indicadores – Programa 2056 – Política Espacial	52
Indicadores de desempenho orçamentário e financeiro	55
Indicador de eficiência institucional	56
Força de trabalho da auditoria interna	62
Força de trabalho da UPC	64
Distribuição da lotação efetiva	64
Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	65
Despesas de pessoal	67
Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	67
Obras e serviços de engenharia executadas no CLA – orçamento da UPC	71
Principais sistemas de informações da AEB	72
Sistemas de TI em desenvolvimento	73
Comitê gestor de TI	74
Força de trabalho da TI da AEB por área de atuação	75
Bolsistas da UNB	75
Cursos de capacitação da área de TI	76
Desempenho financeiro do MCTIC	82
Desempenho financeiro da AEB	82
Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	85
Despesas com publicidade	86
Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor	93
Obrigações Contratuais – Composição	94
Obrigações Contratuais – Por Contratado	94
Contratados – Principais Transações	95
Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac	104
Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores	104

Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP	105
Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP	105
Declaração do contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis	106

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo do subitem 5.1 do relatório	87
Anexo do subitem 5.3 do relatório	88
Anexos do subitem 8.4 do relatório	90
- Balanço financeiro	90
- Balanço orçamentário	91
- Balanço patrimonial	93
- Demonstrações das variações patrimoniais	96
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido	97
- Demonstrações dos fluxos de caixa	98

SUMÁRIO

1.	ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	1
2.	APRESENTAÇÃO	10
3.	VISÃO GERAL	12
4.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	25
5.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	57
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	64
7.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	79
8.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	82
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	85
10.	ANEXOS E APÊNDICES	87
11.	RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	
11.1	PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNO	99
11.2	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	104

2. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão incorpora os atos praticados pela Agência Espacial Brasileira (AEB) no exercício de 2016. Os detalhes das estratégias de atuação implementadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados, são apresentados ao longo das diversas seções que compõem o presente relatório.

O Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira de 2016 está estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e da Portaria CGU nº 500/2016.

Como principais resultados de 2016 na gestão do programa temático governamental que trata da Política Espacial, sob a responsabilidade da AEB, cabe inicialmente destacar os contínuos esforços para o aperfeiçoamento e a ampliação da disponibilidade de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.

Neste contexto, ressalta-se o importante trabalho de desenvolvimento do satélite de observação da Terra Amazonia-1, um primeiro sistema totalmente nacional, com vistas ao lançamento previsto para final de 2018.

Destacam-se também os avanços nos trabalhos de desenvolvimento, integração e testes do satélite CBERS-4A, em parceria com a China, que possuirá uma câmera de alta resolução, para melhor atender a comunidade usuária dos produtos da família de satélites CBERS. Está mantida a previsão do seu lançamento para o final de 2018, caso a indústria nacional consiga atender aos prazos dos contratos ainda por serem firmados.

Os satélites Amazonia-1 e CBERS-4A de observação da Terra, quando em operação, significarão importantes avanços na capacitação do país nessa área e na maior disponibilização de imagens, dados e informações, possibilitando amplas aplicações, tais como levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância das fronteiras e costas marítimas, prevenção de desastres naturais, entre outros.

No campo dos esforços para prover o país de uma capacidade de acesso ao espaço por meio de lançadores nacionais, cabe destacar os avanços no desenvolvimento do projeto do Veículo Lançador de Microssatélites – VLM-1, que servirá de importante vetor para a exploração futura dos serviços comerciais de lançamento de satélites.

Análises da conjuntura mundial da produção de lançadores apontam para um mercado relevante e em crescimento de lançamento de satélites de pequeno porte, fazendo com que o projeto da série Veículo Lançador de Microssatélites ascendesse em prioridade.

Assim, permanece prioritário o desenvolvimento do VLM-1 em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), que objetiva colocar em órbita baixa, cargas úteis (microssatélites e cubesats) de até 150 kg. Este desenvolvimento também visa alcançar viabilidade comercial pelo menor custo de fabricação, graças a tecnologias mais atuais, podendo no futuro propiciar um possível retorno financeiro para as instituições envolvidas.

Quanto aos esforços para ampliar o domínio das tecnologias críticas, bem como desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se a continuidade da implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia – PATT do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que permitiu a capacitação de expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros na França, bem como o início da transferência de vários tópicos tecnológicos para empresas brasileiras do setor espacial.

Com o propósito de ampliar, desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se também a consolidação do Programa E2T – Espaço, Escola e Tecnologia, que visa à criação de um espaço educacional e à formação de futuros talentos para a área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar interesse no programa espacial brasileiro.

Quanto às principais dificuldades para o melhor desenvolvimento dos Objetivos, Metas e Iniciativas do programa, encontra-se, de início, o nível de investimentos, que precisariam ser mais elevados, contínuos e estáveis, tendo em vista a natureza dos projetos espaciais, que têm características de longo prazo de desenvolvimento.

Associada à questão dos investimentos, há necessidade também de recomposição dos quadros de especialistas das duas principais instituições de pesquisas espaciais no país (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC, e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/MD), que têm sofrido importantes perdas de pessoal ao longo dos últimos anos.

Também se faz necessária uma revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam os riscos e as incertezas típicas dos desenvolvimentos tecnológicos. Por fim, faz-se necessário também elevar o nível de prioridade da Política Espacial dentre as ações de governo, pela sua importância geopolítica e estratégica para o País, bem como aperfeiçoar o seu sistema de governança, em particular o estabelecido no Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE.

3. VISÃO GERAL

3.1 Identificação da Unidade

Poder	: Executivo
Vinculação	: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações –
Código SIORG 1988	
Denominação completa	: Agência Espacial Brasileira – AEB – Código SIORG 4243
Código LOA	: 24205 – Código SIAFI: 203001
Natureza jurídica	: Autarquia Federal – CNPJ: 86.900.545/0001-70
Principal atividade	: Ciência e Tecnologia – Código CNAE: 7210-0
Endereço eletrônico	: www.aeb.gov.br

3.2 Finalidade e Competências

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil, foi criada em 10 de fevereiro de 1994 e está atualmente vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. As suas competências estão definidas na Lei nº 8.854/94, tendo como finalidade a promoção e o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

Mais especificamente, a lei define, em seu Art. 3º, as seguintes competências:

- a. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;
- b. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;
- c. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais – PNAE e as respectivas propostas orçamentárias;
- d. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- e. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores – MRE e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;
- f. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- g. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;
- h. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;
- i. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;
- j. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;
- k. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;

- l. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;
- m. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- n. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

As ações do programa são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, aprovada pelo Decreto nº 1.332/94, que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Estabelecimento no País de competência técnico-científica na área espacial que lhe possibilite atuar com real autonomia;
- Promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais, bem como de meios, técnicas e infraestrutura de solo correspondentes, que venham propiciar ao Brasil a disponibilidade de serviços e informações de sua necessidade ou interesse;
- Adequação do setor produtivo brasileiro para participar e adquirir competitividade em mercados de bens e serviços espaciais.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade

Lei de criação: 8.854/1994

Decretos de estruturação e vinculação: 8.868/2016 e 8.872/2016

Decretos de normatização: 1.332/1994 e 1.953/1996

3.4 Breve histórico do órgão ou entidade

A corrida espacial para conquista do espaço, termo cunhado pela disputa entre Estados Unidos e a antiga União Soviética, na década de 50, promoveu um interesse dos demais países em tentar conhecer o que essa conquista resultaria em benefícios para suas sociedades.

A exploração do espaço trouxe várias preocupações para os países exploradores, resultando em vários tratados sobre o assunto. O Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a lua e demais corpos celestes de 27 de janeiro de 1967; a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais de 29 de março de 1972; e a Convenção relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico de 14 de janeiro de 1975, assim como disposições de outros tratados e acordos multilaterais ligados à pesquisa e aos usos do espaço exterior foram objeto dessas preocupações.

Nesse diapasão, o programa espacial iniciou suas atividades em 1961 com a criação do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais – GOCNAE. Em 1963, o GOCNAE torna-se a Comissão Nacional de Atividades Espaciais – CNAE. Em 1971, a CNAE foi extinta e criou-se o Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE (atual Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE). Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais – COBAE, ligada ao extinto Estado Maior das Forças Armadas – EMFA.

Em 1979, foi aprovada a Missão Espacial Completa Brasileira – MECB, segregando as atividades espaciais em satélites, sob a responsabilidade do INPE e, os foguetes e a infraestrutura de

lançamentos, sob a responsabilidade do Centro Técnico Aeroespacial – CTA, órgão ligado ao então Ministério da Aeronáutica – MAER.

Em 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e o INPE passa a pertencer à estrutura desse Ministério. Somente em 1990 é que o Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE passou a se chamar Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mantendo-se a mesma sigla. Em 1994, foi criada a Agência Espacial Brasileira – AEB, inicialmente vinculada à Presidência da República e, atualmente, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações – MCTIC, sendo responsável por formular, coordenar e executar a política espacial brasileira, dando continuidade aos esforços empreendidos pelo governo brasileiro desde 1961 para promover a capacidade do País para utilizar os recursos e as técnicas espaciais na solução de problemas nacionais, em benefício da sociedade brasileira. A criação da AEB seguiu em consonância com o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis – MTCR (sigla em inglês).

A Autarquia observa ainda o Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994 que aprovou a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, onde se estabeleceram os objetivos e as diretrizes para os programas e projetos nacionais relativos à área espacial e tendo o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE como seu principal instrumento de planejamento e programação por períodos decenais, aplicando as demais legislações correlatas.

Dispõe-se também do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, instituído por meio da Lei 9.994, de 24 de julho de 2000, que tem por objetivo o fomento das atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do Setor Espacial.

A partir de sua criação, a AEB assinou vários acordos internacionais, como por exemplo, os firmados com Alemanha, China, Rússia, Ucrânia, Argentina, Chile, Índia, França, Itália e Bélgica. A assinatura desses acordos trouxe conquistas e aprendizados para o Programa Espacial Brasileiro, como por exemplo o programa CBERS com a China e a revisão crítica do projeto do VLS-1, iniciada em 2004, em conjunto com a Rússia.

Os projetos implementados no âmbito do PNAE proporcionaram a criação de empresas nacionais voltadas para o setor espacial. Tais empresas já estão capacitadas a fornecer diversos produtos e serviços para o mercado interno, e já buscam atender a demandas do mercado externo. O programa espacial brasileiro, desde seu início, na década de 60, vem acumulando gradativamente ganhos na qualificação de recursos humanos e no domínio de tecnologias críticas associadas ao programa como um todo. Mas, esses ganhos não têm garantido ainda ao Brasil alcançar o domínio do ciclo completo dessas tecnologias.

3.5 Ambiente de atuação

É indiscutível o alto valor político-estratégico que um setor espacial robusto pode desempenhar para o desenvolvimento de um país. As conquistas científico-tecnológicas são meios essenciais para garantir a soberania e para ampliar a autonomia em tecnologias avançadas, que apoiam o desenvolvimento econômico e social das nações. Diversos países ao redor do globo exploram essas possibilidades, o que os coloca em graus superiores de desenvolvimento em relação ao Brasil.

Esse universo de usuários já não mais se limita aos países que iniciaram suas atividades espaciais há mais tempo, como os EUA, a Rússia e as mais avançadas nações da União Europeia. Japão, China, Índia e Coreia do Sul são países que também já ampliaram em muito seu espectro de atuação em projetos de satélites, lançadores e em pesquisas e aplicações espaciais. Tais projetos não se restringem apenas ao desejo de explorar a vasta fronteira desconhecida do espaço sideral. Visam, principalmente, à obtenção de retornos para a sua sociedade sob a forma de produtos, serviços, conhecimentos e ganhos econômicos.

Os resultados desse esforço se traduzem no apoio ao enfrentamento de inúmeros problemas. Entre os desafios, incluem-se o combate aos impactos negativos das mudanças climáticas; o aumento da eficiência das cadeias produtivas da agricultura e da pesca, com a melhoria dos seus produtos e a preservação do meio ambiente; o monitoramento e a mitigação de desastres naturais; os cuidados com a saúde por meio de apoio médico à distância; a garantia de um canal de comunicação seguro e estratégico que vise garantir a soberania do país e evitar, ou dificultar, atos de espionagem, e até a redução das desigualdades regionais, por meio da inclusão digital, de maneira a atender comunidades remotas e sem acesso aos meios modernos de comunicação.

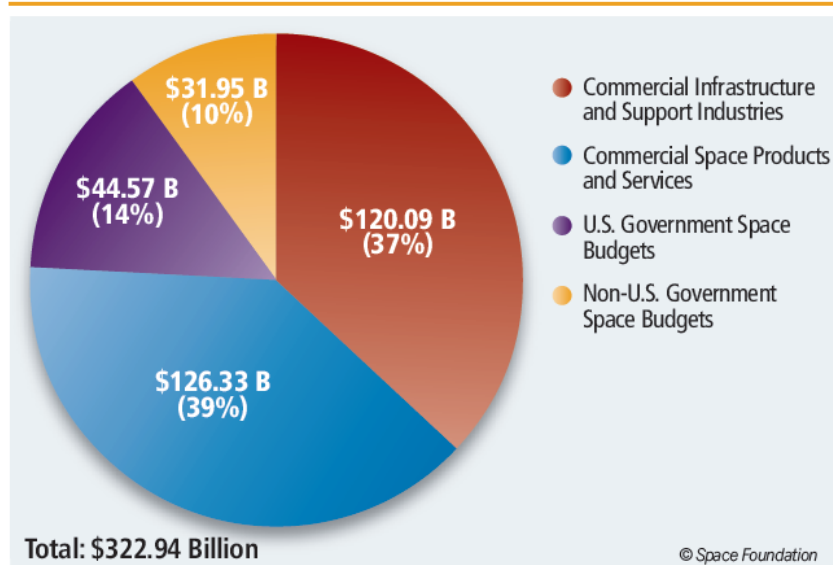
Todos esses avanços só são possíveis com uma base industrial tecnologicamente competitiva e que, juntamente com governos, promova a abertura de novos mercados, novos postos de trabalho e novas opções de bens e de consumo. Nos países que a desenvolvem, a indústria espacial desempenha, juntamente com os institutos de pesquisa e a academia, importante papel na busca de respostas a diversos desafios nacionais. Exemplos desses desafios são o aumento da competitividade industrial, a geração de empregos qualificados, o avanço da pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica, a segurança para o uso do espaço, a exploração do espaço exterior e a cooperação internacional.

Atualmente, o setor espacial gera cerca de um milhão de empregos em todo o mundo. Essa realidade continua a se expandir, na medida em que ganhos de escala decorrentes da oferta e da demanda cada vez mais intensivas de aplicações e de serviços se consolidam. Há um movimento de massificação de produtos e de serviços espaciais.

Esse processo movimentou, em 2015, segundo a publicação *The Space Report – 2016*, da Space Foundation, recursos da ordem de U\$ 323 bilhões. Esses investimentos dividiram-se na seguinte forma:

- **Infraestrutura comercial e indústrias de apoio** – compreende os serviços de lançamento, antenas, centros de controle, etc., e representou, em 2015, U\$ 120,1 bilhões (37%);
- **Comercialização de produtos e serviços de satélites** – predominam os serviços de TV direta por satélites e comunicações fixas/móveis e representou, em 2015, U\$ 126,3 bilhões (39%); e
- **Dispêndios governamentais com programas espaciais** – representou, em 2015, U\$ 76,5 bilhões (24%), dos quais U\$ 44,6 bilhões (14%) se concentraram nos EUA.

EXHIBIT 1. Global Space Activity, 2015



Fonte: The Space Report 2016 – Space Foundation.

A participação do Brasil em nível tecnológico e industrial nesses mercados é inexpressiva. Porém, há um potencial de crescimento relevante, uma vez que a globalização das necessidades por serviços espaciais já alcançou o país há anos.

As características territoriais e geopolíticas do Brasil, como a grande extensão territorial, as vastas regiões de florestas tropicais, as amplas áreas de difícil acesso e com baixa ocupação, as extensas fronteiras secas e marítimas e o significativo volume de recursos naturais, fazem com que sejam muito proeminentes as potencialidades de aplicação da tecnologia espacial no atendimento a um rol numeroso de necessidades nacionais.

Sendo, portanto, viável o uso de tecnologias espaciais para o fornecimento de serviços que, por outros meios, não teriam como garantir sua viabilidade econômica. Dentre eles podem ser citados os serviços de comunicação, segurança de fronteiras, sensoriamento remoto, controle de desmatamento, identificação de reservas minerais etc.

O Brasil possui infraestrutura e, na medida das suas condições, empreende esforços tecnológicos no sentido de utilizá-la. O Brasil tem sistemas completos já certificados, como o foguete de sondagem VSB-30. Além disso, a capacitação e o domínio já existentes na indústria nacional de algumas tecnologias críticas, e a vantagem competitiva da localização estratégica do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA no município de Alcântara/MA, colocam o Brasil como potencial ator de relevância no cenário internacional.

Apesar dessa conjunção positiva de fatores, há uma série de desafios a se enfrentar. Como já dito, o distanciamento do Brasil em relação aos países líderes mundiais, do ponto de vista tecnológico, é muito marcante. Importante também ressaltar que as tecnologias espaciais são em sua maioria estratégicas e têm natureza dual, atendendo tanto às necessidades do mundo civil e comercial, quanto às da segurança e defesa.

Os investimentos são essencialmente governamentais e o processo de desenvolvimento tecnológico se dá em grande parte no âmbito de instituições públicas ou por contratos governamentais com a indústria. Para ampliar e consolidar a infraestrutura de desenvolvimento do setor espacial, esses investimentos deveriam alçar montantes mais elevados e serem estáveis, o que não tem se verificado no programa espacial brasileiro.

O setor espacial no Brasil apresenta características de monopólio, pois o governo é, praticamente, o único comprador. A participação da indústria nacional no desenvolvimento de foguetes, satélites e aplicações espaciais limita-se a contratos para atender aos projetos governamentais, sob a coordenação da AEB e execução pelo INPE (satélites) e pelo DCTA (foguetes de sondagem, veículos lançadores e centros de lançamento). No final, essas instituições públicas assumem o papel de integradores dos sistemas espaciais, enfrentando todos os obstáculos impostos pelo marco legal que rege o funcionamento de tais organizações.

Ainda que se reconheça a relevância das instituições públicas envolvidas, ela está ameaçada pelo processo de envelhecimento e de perda de competências dessas instituições, por falta de reposição dos quadros de pessoal desses institutos, apesar do aumento de disponibilidade de profissionais qualificados no mercado brasileiro. O contingente de engenheiros e técnicos se reduz cada vez mais nestas instituições públicas, tornando-se insuficiente frente à demanda dos projetos.

Quanto à cadeia produtiva espacial no país, ainda não há um nível mínimo de autossuficiência, pois há carências básicas no domínio de tecnologias críticas. Como resultado, o parque industrial espacial brasileiro ainda é constituído, primordialmente, por pequenas e médias empresas, várias destas com capital misto, nacional e estrangeiro.

Nesse contexto, é necessário buscar a consolidação de empresas integradoras, com vistas a um maior adensamento e agregação de valor na cadeia produtiva nacional.

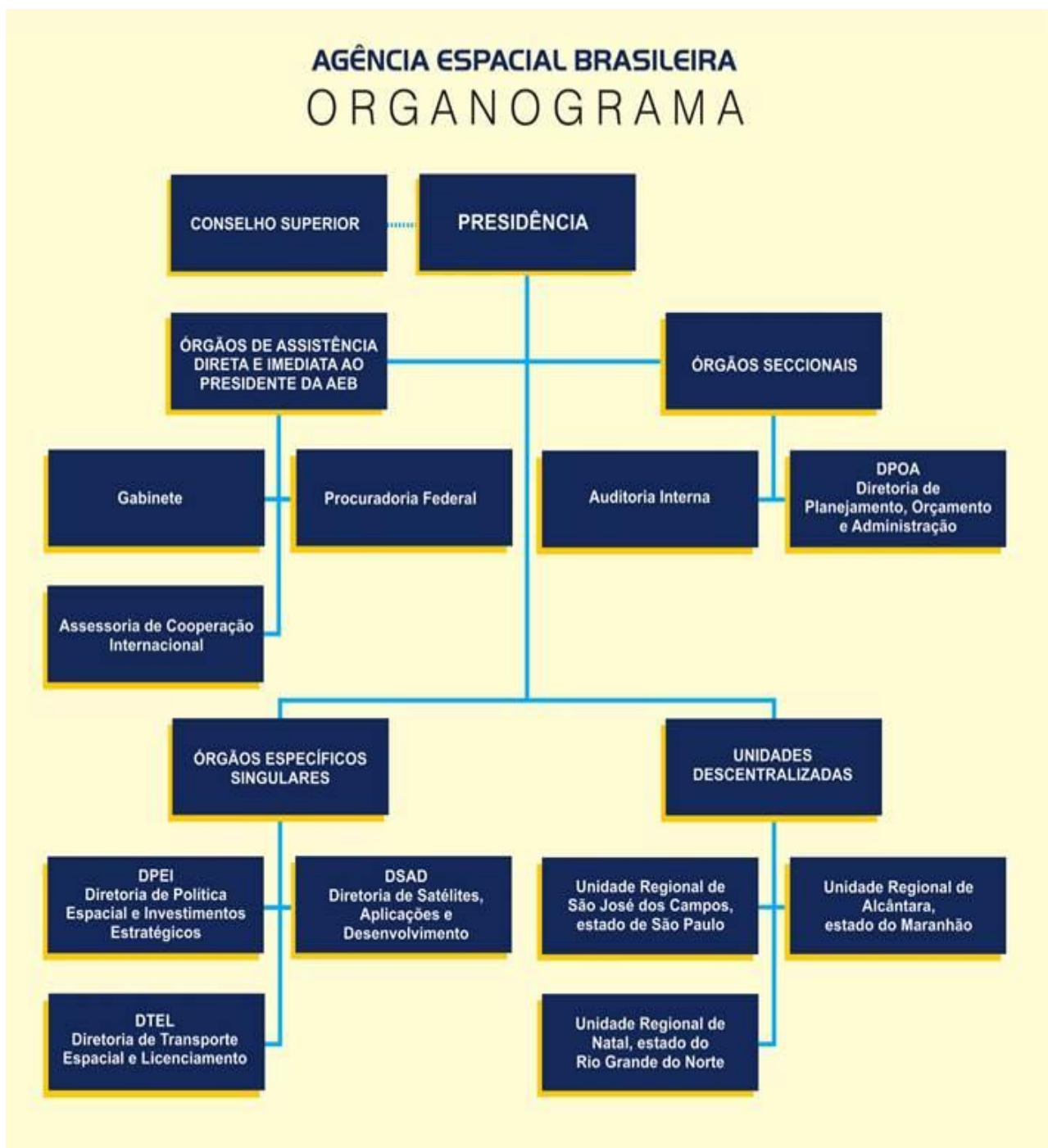
Apesar destes fatos, a indústria nacional alcançou elevados patamares técnicos onde pôde atuar. Formou engenheiros capacitados na produção de câmeras ópticas, painéis solares, sistemas de propulsão, suprimento de energia, estruturas mecânicas, controle térmico e telecomunicações. Conquistou, também, importante avanço, em 2012, com a criação da empresa Visiona – a primeira integradora nacional de sistemas espaciais. Essa iniciativa originou-se da parceria entre a Embraer e a Telebras, concebida para buscar maior coordenação e adensamento da cadeia produtiva nacional, com o objetivo de liderar a inserção da indústria brasileira no mercado internacional.

Considerando as perspectivas futuras, existe uma nítida oportunidade para a exploração comercial de serviços de lançamento de satélites no Brasil. A localização do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA é excepcionalmente estratégica, permitindo lançar em diversas direções, devido a sua proximidade com o plano do equador, possuindo regiões oceânicas a norte e a oeste, garantindo maior segurança nas operações de lançamento.

Um desafio adicional reside na contribuição do programa espacial para a promoção do maior desenvolvimento econômico-social da região de Alcântara-MA e do seu entorno, o que só será possível após concluir a implantação dessa infraestrutura e a consequente atração de empresas prestadoras de serviços de apoio aos lançamentos. É esperada a geração de empregos qualificados, podendo também gerar arranjos produtivos com potencial de transformação social na região.

É nesse desafiador e competitivo ambiente que a AEB atua. A sua lei de criação lhe impõe as complexas responsabilidades de formulação e de coordenação da execução de uma política nacional de desenvolvimento do setor espacial. A missão da AEB compreende a busca por maior autonomia do país para utilizar os recursos e as tecnologias espaciais para a solução de problemas nacionais. Para isso, deve articular e fomentar ações entre os diversos *stakeholders* do Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais – SINDAE, com vistas à busca do maior desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

3.6 Organograma



A estrutura regimental vigente da AEB foi aprovada pelo Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016. As competências de suas áreas encontram-se listadas abaixo:

Dos órgãos de deliberação superior

PRESIDÊNCIA

À Presidência compete coordenar, supervisionar e administrar as ações e o patrimônio da AEB.

CONSELHO SUPERIOR

- Appreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- Deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República;
- Atuar na elaboração do PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução;
- Atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
- Appreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do SNAE;
- Appreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais;
- Propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial;
- Aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- Opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e
- Deliberar sobre outras matérias.

Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da AEB

GABINETE

- Assistir ao Presidente da AEB em sua representação social e política;
- Incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal, bem assim das atividades de comunicação social;
- Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse da AEB; e
- Acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico da AEB no Congresso Nacional.

PROCURADORIA FEDERAL

- Representar judicial e extrajudicialmente a AEB, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;
- orientar a execução da representação judicial da AEB, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
- exercer as atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos no âmbito da AEB e aplicar, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;
- auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração de liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, para inscrição em dívida ativa e cobrança;
- zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e
- encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Compete, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, propor, coordenar e promover ações de cooperação internacional e, quando pertinente, avaliar e supervisionar instrumentos internacionais de cooperação e de aquisição de bens e serviços e participar das negociações bilaterais e multinacionais de interesse da área espacial.

Dos órgãos seccionais

AUDITORIA INTERNA

- Compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:
- Verificar a regularidade nos controles interno e externo, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa e da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB;
- Examinar a legislação específica e as normas correlatas e orientar quanto à sua observância; e
- Realizar inspeções regulares para verificar a execução física e financeira de programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – DPOA

- Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal;
- Formular, implantar e coordenar o processo de planejamento estratégico institucional; e
- Avaliar os planos e programas quanto à execução física e financeira e à eficácia e efetividade.

Dos órgãos específicos singulares

DIRETORIA DE POLÍTICA ESPACIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS – DPEI

- Atuar na elaboração de propostas de atualização da PNDAE, na elaboração e na atualização do PNAE e de seu desdobramento em objetivos, metas e planos;
- Supervisionar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e das atividades do PNAE;
- Identificar e analisar oportunidades estratégicas de investimento no setor espacial e articular a captação de recursos para seu financiamento; e
- Coordenar estudos e análises pertinentes à área espacial.

DIRETORIA DE SATÉLITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO – DSAD

- Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e as atividades relativos a satélites espaciais, cargas úteis e suas aplicações e estimular a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;
- Coordenar a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes de projetos e atividades de sua competência;
- Coordenar a integração de instituições de ensino e pesquisa nas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de interesse da área espacial;
- Coordenar a capacitação de recursos humanos para atuação em atividades espaciais; e
- Coordenar iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais de sua competência.

DIRETORIA DE TRANSPORTE ESPACIAL E LICENCIAMENTO – DTEL

- Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e as atividades relativos a foguetes, veículos lançadores e centros de lançamento e estimular a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;
- Coordenar a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes de projetos e atividades de sua competência;
- Coordenar iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais de sua competência;
- Participar da elaboração e da aplicação de normas pertinentes às atividades espaciais; e
- Coordenar a concessão de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais e a fiscalização dessas concessões e autorizações.

Das unidades descentralizadas

Às unidades regionais compete:

- Acompanhar projetos e atividades do Programa Espacial Brasileiro executados por instituições localizadas em sua região de atuação; e
- Executar atividades de competência da AEB, em sua região de atuação, por delegação do Presidente da AEB.

Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos - DPEI	Atualização do PNDAE e PNAE, avaliar os projetos e atividades do PNAE, analisar as oportunidades de investimento e realizar estudos da área espacial	Petrônio Noronha de Souza	Diretor	01.1.2016 a 31.12.2016
Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento - DSAD	Implementar, coordenar e supervisionar os satélites, transferência de tecnologia para o setor produtivo, integração instituições e capacitação de recursos humanos	Carlos Alberto Gurgel Veras	Diretor	01.1.2016 a 31.12.2016
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento - DTEL	Implementar, coordenar e supervisionar os foguetes lançadores, transferência de tecnologia para o setor produtivo, comercialização de bens e serviços, aplicação de normas e demais licenciamentos das atividades	Marco Antônio Vieira Rezende	Diretor	01.1.2016 a 31.12.2016

3.7 Macroprocessos finalísticos

AEB opera, prioritariamente, por meio da implementação de um conjunto de processos finalísticos e de apoio, estabelecidos em correspondência com as competências descritas no Art. 3º da Lei nº 8.854/94, que criou a AEB, bem como as atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional.

Devido à reestruturação da AEB no exercício de 2016, conforme Decreto Nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, pela determinação da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2016 do Ministério do Planejamento e da CGU, de 10 de maio de 2016, foi realizado um trabalho de diagnóstico da situação atual da AEB, inclusive dos macroprocessos, a luz dos controles internos, da gestão de riscos e da governança. Fruto desse trabalho, os macroprocessos foram revisitados e complementados, resultando em seis macroprocessos finalísticos.

Os principais macroprocessos finalísticos da AEB estão relacionados com a razão da sua existência e da sua lei de criação. Os macroprocessos finalísticos, assim como as competências legais correspondentes, os principais produtos e serviços e os principais atores responsáveis pela sua condução, dentro da estrutura organizacional formal da AEB, estão resumidos a seguir:

Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Formulação e Atualização da Política Espacial	O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) - em estreita coordenação e articulação com as Diretorias da AEB, com o Conselho Superior da AEB, com os Órgãos Setoriais de Execução do Sistema Nacional de Atividades Espaciais (SINDAE), Ministérios, Indústria e Academia - para harmonizar e validar as propostas de atualização das políticas, objetivos e diretrizes estratégicos do programa espacial, etc., bem como o seu alinhamento com outras políticas governamentais.	<ul style="list-style-type: none"> • PNDAE revisado e atualizado; • PNAE revisado e atualizado; • Programa Temático Espacial do PPA elaborado; • Planejamento gerencial da LOA elaborado e submetido ao MCTIC; • Planos de ação / orçamentários do setor espacial elaborados, integrados e consolidados. 	<p>Governo (MCTIC, MD, MMA, MDIC, MRE)</p> <p>Sociedade em geral (Usuários das Aplicações Espaciais)</p> <p>Principais Órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.</p>	Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI)
Coordenação e Acompanhamento da Execução dos Projetos e Atividades do PNAE / PPA	O macroprocesso é conduzido prioritariamente pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) e pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL), apoiadas pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) na concepção e no acompanhamento dos objetivos das ações e programas, que se articulam com os	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos / Atividades de desenvolvimento satélites, infraestrutura de solo e suas aplicações coordenados e acompanhados; • Projetos / Atividades de desenvolvimento de tecnologias críticas coordenados e acompanhados; • Projetos / Atividades de desenvolvimento de veículos lançadores 	Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.	<p>Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD);</p> <p>Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL);</p>

	principais órgãos setoriais de execução do SINDAE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/ComAer/MD), empresas nacionais do setor espacial e setor acadêmico para fazer cumprir a política espacial, promovendo e concretizando a execução dos projetos espaciais estabelecidos no PNAE e, em última instância, nas ações e planos orçamentários do PPA, por meio de contratos, convênios ou descentralização de créditos.	<p>coordenados e acompanhados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos / Atividades de desenvolvimento de veículos suborbitais coordenados e acompanhados; • Projetos / Atividades de manutenção / evolução operacional da infraestrutura espacial coordenadas e acompanhadas; 		
Fomento à Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de interesse para o setor espacial.	O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) que se articula com a academia e institutos de pesquisa para contratação e execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de interesse para o setor espacial, bem como agências de fomento a pesquisa e formação e desenvolvimento de pessoal, tais como a FINEP, CNPq e CAPES, para ampliar o apoio no desenvolvimento de novas competências e de capital humano, bem como a capacidade do país no desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas para o programa espacial.	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de pesquisa articulados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa. • Projetos de formação e capacitação de recursos humanos, nacionais e internacionais, articulados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa. • Apresentação da atuação do programa espacial brasileiro para a sociedade; • Contratos de transferência e/ou absorção tecnológicas firmados / realizados. 	Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.	Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD);
Fomento das Relações Internacionais e Concertação das Ações	O macroprocesso é conduzido pela Assessoria de Cooperação Internacional que se articula com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como instâncias principais de orientação da política de cooperação internacional governamental..	<ul style="list-style-type: none"> • Acordos internacionais vigentes e efetivos, acompanhados e/ou renovados; • Intercâmbio internacional estabelecido; • Negociações de acordos internacionais concretizadas / celebradas. 	<p>Governo (MRE, MCTIC)</p> <p>Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.</p> <p>Sociedade</p>	Assessoria de Cooperação Internacional (ACI)

<p>Promoção do Desenvolvimento Industrial e Comercial de Produtos e Serviços Espaciais</p>	<p>O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as demais Diretorias finalísticas da AEB (DSAD e DTEL), com os Órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), empresas nacionais do setor espacial e instituições de financiamento (FINEP e BNDES), buscando estimular e ampliar o mercado de comercialização de produtos e serviços espaciais e o maior desenvolvimento da indústria nacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo / Estratégia de negócio proposto / implantado; • Estudo de viabilidade realizado; • Proposta de captação de recursos elaborada; • Eventos de promoção da indústria apoiados; • Contratos de vendas de produtos e serviços assinados. 	<p>Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.</p>	<p>Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI);</p>
<p>Elaboração de Normas, Regulamentos e Expedição de Licenças</p>	<p>O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) em estreita coordenação e articulação com as demais Diretorias da AEB para estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais, além de aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais, em parceria com o IFI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Normas e regulamentos espaciais revisados / atualizados, segundo as boas práticas nacionais e/ou internacionais; • Licenças / autorizações para a realização de transportes espaciais emitidas; • Fiscalizações de atividades espaciais em território nacional realizadas. 	<p>Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.</p>	<p>Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL)</p>

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento organizacional

A Lei nº 8.854 de 10 de fevereiro de 1994 atribui à AEB, pelo seu Artigo 3º, a competência de propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, aprovada pelo Decreto nº 1.332/1994, bem como elaborar e atualizar o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, que constitui um plano de orientação e de ações por períodos decenais para a implementação dessa política.

Adicionalmente, o Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996, atribui também à AEB o papel de órgão central do SINDAE, com a responsabilidade de coordenar a execução, bem como de formular e atualizar tanto o PNAE como os planos plurianuais (PPAs) de governo. Em ambos os casos, são envolvidos os principais atores do SINDAE (INPE e DCTA), que participam das discussões e decisões de ação, que são levados posteriormente para aprovação e validação do Conselho Superior da AEB.

A PNDAE permanece em vigor e a última atualização do PNAE ocorreu em 2011/2012, quando foi aprovada a versão para o período de 2012 a 2021. Dentro dessas competências, a AEB é também a responsável pela gestão do Programa Temático 2056, que trata da Política Espacial no âmbito do PPA 2012-2015, que se alinha, por sua vez, com o PNAE para o mesmo período.

Para o exercício destas atribuições e responsabilidades, é reconhecida a necessidade da AEB dispor de um planejamento estratégico institucional próprio, que possa promover maiores ganhos de eficiência e eficácia na condução da política espacial como uma política pública.

A recente Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, que trata dos controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, determina a criação de Comitê de Governança, Riscos e Controles, por intermédio do qual serão estabelecidas as políticas institucionais, bem como os instrumentos e mecanismos para garantir que os objetivos da organização sejam alcançados. É dentro deste arcabouço que o processo de planejamento estratégico da AEB vem sendo desenhado, conforme detalhado no item 4.1.2 do presente relatório de gestão.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos de atuação da AEB tomam por base o estabelecido no Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, especificado no Programa Temático 2056 – Política Espacial do PPA 2016-2019.

No contexto amplo da Política Espacial, os principais objetivos estratégicos discriminados no PNAE são os seguintes:

- Consolidar a indústria espacial brasileira, aumentando sua competitividade e elevando sua capacidade de inovação, inclusive por meio do uso do poder de compra do Estado, e de parcerias com outros países.
- Desenvolver intenso programa de tecnologias críticas, incentivando a capacitação no setor, com maior participação da academia, das instituições governamentais de C&T e da indústria.
- Ampliar as parcerias com outros países, priorizando o desenvolvimento conjunto de projetos tecnológicos e industriais de interesse mútuo.
- Estimular o financiamento de programas calcados em parcerias públicas e/ou privadas.

- Promover maior integração do sistema de governança das atividades espaciais no país, por meio do aumento da sinergia e efetividade das ações entre os seus principais atores e da criação de um Conselho Nacional de Política Espacial, conduzido diretamente pela Presidência da República.
- Aperfeiçoar a legislação para dinamizar as atividades espaciais, favorecendo e facilitando as compras governamentais, o aumento de recursos para o Fundo Setorial Espacial, e a desoneração da indústria.
- Fomentar a formação e capacitação de especialistas necessários ao setor espacial brasileiro, tanto no país quanto no exterior.
- Promover a conscientização da opinião pública sobre a relevância do estudo, do uso e do desenvolvimento do setor espacial brasileiro.

O planejamento tático em ação, no tocante aos sistemas espaciais e respectiva infraestrutura associada, procura consolidar, adequar e concluir projetos já iniciados.

A expectativa futura é de lançar e desenvolver novos projetos de modo a impor ao programa novos desafios em atendimento às demandas da sociedade, acompanhando as tendências tecnológicas do setor espacial no mundo. Estes estímulos a novos projetos estão embrionariamente refletidos em várias Iniciativas da estrutura do atual PPA, apoiadas por Planos Orçamentários com alocação de recursos estritamente necessários para conduzir os estudos de viabilidade dessas novas missões.

Em 2016, por prudência e incerteza na capacidade de recursos financeiros e contratação de recursos humanos, não foram iniciados quaisquer novos projetos. Para garantir a eficiência no uso dos recursos que foram efetivamente alocados, priorizou-se a consolidação e conclusão dos projetos já iniciados no passado.

Na elaboração do PPA 2016-2019 procurou-se dar mais foco e reduzir o risco de não consecução das novas Metas a serem perseguidas, tendo sido realizado um grande esforço para eleger apenas aquelas de enfoque absolutamente estratégico e exequíveis. Essa reorientação reduziu de um total de 33 Metas, no PPA anterior, para apenas sete Metas no presente Plano.

Sem perder de vista as questões estratégicas e os principais desafios do Programa Temático, houve também um esforço de redefinição e fusão de Objetivos, passando de cinco para três, de modo a se dar maior integração e alinhamento a sua execução, com apoio das ações orçamentárias finalísticas que dão suporte à realização dos Objetivos e Metas estabelecidos.

Em especial, para não se perder o foco da importância nos esforços de comercialização de produtos e serviços espaciais, conforme preconizado na PNDAE, o objetivo que tratava da comercialização de serviços de lançamento de satélites foi redefinido no PPA 2016-2019 para duas Iniciativas associadas a veículos lançadores e a satélites e aplicações.

Assim, os Objetivos estabelecidos no atual PPA 2016-2019 foram os seguintes:

- Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais;
- Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, e
- Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

No primeiro Objetivo, observou-se ser altamente necessária e estratégica a consolidação no país de uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.

Este Objetivo ancora-se em duas metas e nove iniciativas, todas associadas ao desenvolvimento de missões de satélites que buscam atender ao espectro de aplicações considerado prioritário pelo Programa Espacial Brasileiro.

Uma das Metas visa lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazonia, o Amazonia-1, e concentrou-se, em 2016, no trabalho de elaboração de Convênio com fundação de apoio e no planejamento e estabelecimento das contratações necessárias para concluir a fabricação do satélite. Os obstáculos burocráticos do processo, motivados pelas exigências legais, demandaram todo período deste ano. Na vertente técnica, o projeto prosseguiu com a conclusão da primeira versão do software de bordo, com avanços na fabricação da cablagem, e com o início da integração mecânica do satélite, entre outras providências.

A outra Meta tem como objetivo lançar o satélite CBERS-4A e teve o ano de 2016 dedicado à elaboração de convênio com fundação de apoio e ao planejamento dos contratos industriais necessários para atender à responsabilidade brasileira pelo projeto. Na vertente técnica o projeto avançou nos preparativos para as atividades de Montagem, Integração e Testes (AIT), que serão realizadas no Brasil, e nas adaptações dos subsistemas remanescentes dos satélites CBERS-3 e 4 que serão utilizados no CBERS-4A. Também é importante mencionar que, somente em novembro de 2016, foi obtida a sanção presidencial ao Protocolo Complementar para o desenvolvimento conjunto desse satélite. O cronograma que prevê seu lançamento ao final de 2018 está mantido, mas dependerá da capacidade da indústria nacional de atender aos prazos dos contratos ainda por serem firmados.

Estas duas Metas, quando alcançadas, significarão importante avanço na capacitação do país nessa área. O satélite CBERS-4A atenderá a comunidade usuária dos produtos que hoje utilizam as imagens do CBERS-4, que se encontra em órbita e operacional, e ainda contará com os dados de uma câmera de alta resolução.

O satélite Amazonia-1 fornecerá dados semelhantes aos do satélite CBERS, com a vantagem de ampliar a taxa de revisita e diversificar a fonte de dados. Este também será o primeiro satélite de sensoriamento remoto nacional, inaugurando uma série de satélites que se espera atender a variadas demandas nacionais.

A várias Iniciativas deste Objetivo atendem a uma ampla gama de missões e aplicações. Dentre as missões indicadas, encontra-se um segundo satélite da série Amazonia, o SCD-Hidro, o SABIA-Mar em parceria com a Argentina, e também a missão EQUARS. Todas essas missões deverão ser iniciadas ainda durante o período de vigência do atual PPA, mas com execução reduzida frente às missões prioritárias, associadas às Metas já citadas.

Adicionalmente, também há iniciativas para o domínio das tecnologias de plataformas de porte reduzido (micro e pequenos satélites), para a definição de requisitos de futuras missões científicas, meteorológicas e por radar, além da atualização de sistemas de solo e o estímulo à participação da indústria nacional.

Neste Objetivo ainda é importante destacar a evolução das negociações junto à China para a definição dos requisitos para os satélites CBERS-5 e 6, atividade que recebeu grande impulso, graças ao avanço no projeto do CBERS-4A.

O segundo Objetivo, que visa a conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, por meio do desenvolvimento de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, continua sendo um dos principais objetivos estratégicos perseguidos pela política espacial brasileira.

A forte redução na massa média dos satélites tornou prioritário o desenvolvimento de veículos lançadores que atendam a uma nova fatia do mercado, a de satélites de pequeno porte. Os atuais requisitos de desempenho, confiabilidade e disponibilidade reclamam um veículo baseado em tecnologias modernas, tornando a série VLM prioritária para o programa espacial brasileiro.

Assim, buscando adequar o planejamento à realidade do mercado e às tecnologias atuais, bem como à infraestrutura laboratorial e aos recursos humanos disponíveis, o escopo do projeto de veículos lançadores de satélites, com a incorporação dos aprendizados tecnológicos e o aproveitamento de todos os recursos desenvolvidos no VLS, foi reorientado em prol da aceleração no desenvolvimento do VLM-1, que utilizará os novos motores S50.

Para o desenvolvimento do VLM-1, é necessário o domínio de novas tecnologias em propulsão, em especial as requeridas pelo motor S50 referido. Neste projeto, o grande diferencial é a tecnologia que será aplicada no desenvolvimento do envelope motor. Diferentemente dos motores anteriores que eram produzidos com invólucros metálicos, este vai ser construído usando materiais compostos, reduzindo o peso total e o tempo de produção de dezoito para três meses. Em sua primeira missão, o VLM-1 deverá lançar uma carga útil tecnológica nacional, conforme consta no PPA 2016-2019.

Quanto aos veículos de sondagem, o Brasil é reconhecido mundialmente pela sua capacidade no desenvolvimento destes artefatos empregados em voos tecnológicos, e como provedor de ambiente de microgravidade. O desenvolvimento da PSM, como módulo de transporte das cargas úteis, traz independência no fornecimento de soluções nacionais completas para veículos de sondagem, como estágios propulsores, baseados no foguete VSB-30.

Adicionalmente, a disponibilização de elevados tempos em microgravidade requer voos orbitais. Para tal, desenvolve-se a plataforma SARA, cujo objetivo é prover ambiente de microgravidade de até 10 dias, com recuperação total dos experimentos, considerando que a plataforma disporá de meios para sua reentrada na atmosfera e posterior pouso em área predeterminada.

O Programa Microgravidade proporcionou a realização, em dezembro de 2016, da operação de lançamento denominada Operação Rio Verde, transportando diversos experimentos, mas, por motivos que ainda estão em análise técnica pelo órgão responsável pela campanha, a carga útil não atingiu o apogeu esperado e, com isto, não propiciou o tempo de microgravidade previsto para a realização de alguns experimentos.

Contudo, pode-se afirmar que vários objetivos da Operação Rio Verde foram alcançados, incluindo a recuperação da carga útil, mesmo com o veículo não tendo proporcionado aos experimentos os esperados seis minutos de voo em ambiente de microgravidade. Este lançamento propiciou também a validação da operacionalidade de toda infraestrutura de solo necessária para a realização de campanha de lançamento no CLA.

O terceiro Objetivo, perseguido desde o PPA 2012-2015, visa ampliar o domínio das tecnologias críticas, além de desenvolver e consolidar competências e capital humano, buscando garantir autonomia e sustentabilidade ao desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil.

Esse objetivo vem sendo alcançado com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos obtidos na execução dos programas, projetos e missões do Programa Nacional de

Atividades Espaciais que também apoiam a formação de novos talentos por meio de capacitação continuada de especialistas na área espacial.

Em 2016, dentro do contexto deste Objetivo, é importante ressaltar os seguintes pontos:

1. A criação do espaço educacional dentro do Programa E2T – Espaço, Escola e Tecnologia, na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Os experimentos em Microgravidade e Estudos da Ionosfera deverão ser realizados dentro da Plataforma E2T, no decorrer do período do PPA em curso, a depender das margens orçamentárias disponíveis. Em 2017 deve ser inaugurado o Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial) do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI). Também está em elaboração o Plano de Gestão a ser implementado no Centro, com vistas à sua operacionalização;
2. No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de satélites de pequeno porte, serão lançados satélites universitários do Programa SERPENS (Programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites). A consecução desses satélites e de seus experimentos capacita e mantém motivados os meios acadêmicos universitários que desenvolvem esses projetos. Esse Programa também deve ser alinhado à Plataforma E2T;
3. A capacitação de expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros por meio do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, que se capacitaram na França por meio de cursos teóricos, de familiarização com o projeto do SGDC e seus respectivos requisitos de missão, e de treinamentos especializadas envolvendo questões práticas (On-Job-Training) nos diferentes sistemas e subsistemas do satélite. O grupo deverá, ao final desta missão, estar capacitado para conduzir atividades técnicas e gerenciais de projeto, fabricação, testes e operação deste, e de outros tipos de satélite;
4. Na vertente do Plano de Transferência de Tecnologia (ToT) do SGDC, destaca-se ainda o início, em 2016, de cinco projetos, estabelecidos na forma de contratos de prestação de serviços de transferência de tecnologia e de subvenção econômica, envolvendo a AEB, Finep e a empresa franco-italiana Thales Alenia Space (TAS), contemplando os seguintes tópicos tecnológicos com as respectivas empresas qualificadas:
 - Subsistema de Propulsão (Fibraforte Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.);
 - Subsistema de Potência e Painéis Solares (Orbital Engenharia S.A.);
 - Subsistema de Controle Térmico: Engenharia de Sistemas e Qualificação de Interfaces (Equatorial Sistemas S.A.);
 - Estruturas Mecânicas para Cargas Úteis de Observação da Terra à Base de Fibra de Carbono (CENIC Engenharia Indústria e Comércio Ltda.); e
 - Tecnologia de Componentes FPGA e ASIC para Aplicações Espaciais Embarcadas (AEL Sistemas S.A.).
5. No desenvolvimento tecnológico aplicado a sistemas espaciais de veículos lançadores, grande parte dos esforços têm sido direcionados ao atingimento da meta de conclusão do modelo de engenharia do motor foguete a propelente líquido de 7,5 toneladas de empuxo (L75). Este motor está sendo desenvolvido para ser o primeiro protótipo nacional de estágio com motor foguete de orbitalização controlado, o que agregará muito valor ao produto por conta da possibilidade de injeção dos engenhos espaciais

com o máximo de precisão nas órbitas pretendidas. Dentre as atividades executadas em 2016, destaca-se o início da implantação dos Bancos de Ensaio e, também, com apoio do centro de pesquisa alemão Deutsche Zentrum für Luft-und Raumfahrt (DLR), foram realizados ensaios e testes na Alemanha. Em 2016 foi entregue o modelo de desenvolvimento da bomba de oxidante para início dos ensaios, seguido da entrega da câmara de empuxo curta, tendo ocorrido, na Alemanha, os ensaios a quente do gerador de gás.

6. No desenvolvimento de tecnologias críticas referentes ao motor foguete a propelente sólido S50, o grande diferencial é a tecnologia que será aplicada no desenvolvimento do envelope motor. Diferentemente dos motores anteriores, que eram produzidos com invólucros metálicos, este vai ser construído usando materiais compostos, reduzindo o peso total e o tempo de produção de dezoito para três meses. Importante contrato de fornecimento destes envelopes motores e seus carregamentos foi assinado junto à indústria nacional em dezembro de 2016 e, em breve, haverá testes e ensaios hidráulicos e estruturais, e a queima em banco dos primeiros motores como parte do processo de desenvolvimento;
7. Prosseguiram os esforços no desenvolvimento de produtos e processos inovadores para o setor, destacando-se os relativos à propulsão de satélites, computação científica e eletrônica embarcada, e a consolidação de plataforma para integração de dados, objetivando a elaboração de produtos para aplicações de imagens de satélites e dados espaciais.
8. A continuidade das atividades de coleta de dados e manutenção do sistema de observação em Clima Espacial, que realizam o modelamento de processos do sistema Sol-Terra em escala espacial, global e regional. Por esta iniciativa são investigados os fenômenos físicos que impactam o clima espacial e que são de interesse nacional e global, subsidiando com dados em tempo real órgãos governamentais e empresas públicas e privadas, para a avaliação de riscos aos sistemas tecnológicos, induzidos por fenômenos advindos da interação Sol-Terra.

Ainda no âmbito do Terceiro Objetivo, restam como desafios o avanço, entre outras, das iniciativas pelo desenvolvimento de plataformas para satélites de até 10 kg, em alinhamento com as tendências mundiais.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implementação de um processo contínuo e participativo de planejamento estratégico exige da instituição a definição de seus direcionadores estratégicos, quais sejam: missão, valores e princípios, formas de atuação, visão, objetivos estratégicos e estratégias.

É importante considerar que, a AEB possui documentação que identifica os objetivos institucionais, tal como o Regimento Interno da Agência, além das outras atribuições legais e regimentais estabelecidas, que permitem identificar a cadeia de valor de atuação da agência e os seus processos e subprocessos mais críticos.

Em 2016, a Agência iniciou os trabalhos de elaboração do Planejamento Estratégico, em conformidade a IN Conjunta MP-CGU n. 01/2016, compreendendo um diagnóstico de operação, gestão e dos macroprocessos da Instituição.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Política Espacial está materializada na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais –PNDAE, aprovada pelo Decreto 1.332/1994. Dela deriva o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, hoje vigente para o período 2012-2021, que serve como instrumento de planejamento e programação para este período decenal.

Vinculado ao PNAE está o Programa Temático 2056 do PPA, que tem como objetivos estratégicos principais, uma vertente orientada para o desenvolvimento e o domínio do conhecimento científico e tecnológico, necessários para a conquista da maior autonomia do país no setor, e outra voltada para o fortalecimento e a consolidação de uma base industrial no país, que contribua para o seu maior desenvolvimento econômico e social, com geração de empregos de alta qualificação.

Nesse sentido, o planejamento das ações da AEB, dentro das competências legais que lhe foram atribuídas – a de coordenar, executar e fazer executar a política espacial, tem aderência às diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019) do MCTIC, entendida como uma Política de Estado.

Nesse contexto, a Política Espacial faz parte do conjunto de temas estratégicos da ENCTI, como definido no seu capítulo 7, que estabelece, entre outros, o seguinte objetivo estratégico principal:

“Promover a capacidade do País, para segundo conveniência e critérios próprios, utilizar os recursos e técnicas aeroespaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, bem como fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e sistemas militares e civis que compatibilizem as prioridades científico-tecnológicas com as necessidades de defesa.”

A ENCTI também reforça a importância do Setor Espacial, afirmando:

“A área aeroespacial representa importante setor da economia nacional, quer pelo seu elevado conteúdo científico, tecnológico e de inovação, quer pela grande aplicação de seus inventos na indústria aeronáutica que representam parcela significativa das exportações brasileiras com elevado valor agregado. O domínio da tecnologia da produção de satélites possibilita, dentre outros benefícios, avanços nos serviços de telecomunicações e na indústria de componentes e instrumentos.”

Dentre as principais estratégias associadas a este objetivo na ENCTI, estão priorizadas as seguintes ações:

- I. Elaboração de “Planos de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para os setores Aeroespacial e de Defesa” que promova o compartilhamento de competências em cooperações internacionais observando-se aspectos de segurança e soberania nacional, bem como os serviços essenciais de comunicação, monitoramento atmosférico e de alterações ambientais no território brasileiro.
- II. Fomentar a pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, visando à criação e fabricação de sistemas espaciais completos de satélites e veículos lançadores e desenvolver tecnologias de guiamento, sobretudo sistemas inerciais e tecnologias de propulsão líquida.
- III. Desenvolver aplicações que explorem as tecnologias e os dados espaciais nas áreas de observação da Terra e de comunicações.
- IV. Promover a participação contínua e crescente da indústria nacional nos programas e

projetos espaciais, aeronáuticos e de defesa.

Na vertente que trata do desenvolvimento e consolidação da base industrial do setor espacial, a Política Espacial, cuja formulação e atualização é de responsabilidade da AEB, busca alinhamento também com a Política Industrial governamental conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Nesse contexto, o setor espacial integrou o então Plano Brasil Maior (PBM), que visava aumentar a competitividade da indústria nacional, sob o lema "Inovar para Competir, Competir para Crescer".

Neste Plano foi construída uma agenda estratégica conjunta para o setor espacial, aeronáutico e defesa, na qual foram estabelecidas diversas metas para o setor espacial, destacando-se, entre outras, como resultado, a inclusão do setor espacial no conjunto dos benefícios de isenção fiscal, que anteriormente eram concedidos somente para o setor aeronáutico (RETAERO).

No que diz respeito às aplicações das tecnologias espaciais, destaca-se a importância estratégica da Política Espacial, pela sua transversalidade, no fortalecimento de outras políticas governamentais setoriais, decorrentes dos ativos espaciais por ela promovida. Entende-se, como ativos espaciais, os equipamentos que estão ou que podem ser colocados no espaço, tais como um satélite ou veículo lançador, bem como os equipamentos baseados em solo para apoiar as atividades espaciais, tais como estações de controle de satélite e recepção de dados.

Nesse contexto, o Programa 2056 - Política Espacial, principalmente pelo seu Objetivo 0702, que trata do aperfeiçoamento e da ampliação da disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais, traz importantes contribuições para a consecução e fortalecimento de outras políticas ou programas temáticos governamentais setoriais, tais como:

- Programa “**Mudança do Clima**” (2050)
 - **Objetivo 1067** – Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.
 - **Objetivo 1069** – Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas.
- Programa “**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**” (2078)
 - **Objetivo 1064** – Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal.
 - **Objetivo 1065** – Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.
 - **Objetivo 1066** – Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras.
 - **Objetivo 1070** – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais.
- Programa “**Ciência, Tecnologia e Inovação**” (2021)
 - **Objetivo 0403** - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.
 - **Objetivo 0486** - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.

- **Objetivo 0497** - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação
- **Objetivo 1056** - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.
- **Objetivo 1057** - Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

No campo dos satélites de comunicação, pode-se verificar o entrelaçamento dos objetivos do Programa 2056 – Política Espacial, com os do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, a cargo do então Ministério das Comunicações, e os da Estratégia Nacional de Defesa – END, a cargo do Ministério da Defesa, ao promover a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, em particular pela implementação do seu Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia.

Nem sempre os satélites nacionais, atualmente em operação, atendem aos requisitos das diversas políticas públicas setoriais, por limitações tecnológicas, que se espera contornar com maiores investimentos em P&D e uso do poder de compra do estado.

No presente cenário, o país é forçado a recorrer a provedores de imagens, dados e informações gerados por satélites estrangeiros, submetendo-se a restrições contratuais e técnicas diversas.

A Política Espacial, se fortalecida, poderia apoiar de forma mais efetiva, as estratégias formuladas em outros programas ou políticas governamentais setoriais, tais como:

- Programa 2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral
- Programa 2040 – Gestão de riscos e de desastres
- Programa 2084 – Gestão de recursos hídricos
- Programa 2046 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica
- Programa 2058 – Defesa Nacional

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento da execução do Programa Temático 2056 – Política Espacial, no âmbito do PPA 2016-2019, e o acompanhamento da LOA, seguem as normas e orientações estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tendo como instrumento principal de captação dos dados e informações o seu Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP.

Em adição a esses mecanismos do Ministério do Planejamento, a AEB, em nível interno, dispõe de instrumentos e mecanismos próprios de acompanhamento e monitoramento dos diversos projetos e atividades fomentados ou coordenados pelas diferentes unidades finalísticas do órgão, compreendendo, entre outros, reuniões técnicas e gerenciais, visitas técnicas, vídeo conferências, relatórios técnicos de execução, revisões de engenharia, e prestações de contas.

Em 2016, no esforço de aperfeiçoamento do monitoramento da execução das atividades do PNAE, foi instituído o mecanismo denominado *Roadmap*, que permite identificar, durante a execução dos Planos de Trabalho dos projetos prioritários, as atividades que devem ser realizadas para o cumprimento dos objetivos, metas e iniciativas pactuadas no PPA, explicitando as interdependências entre elas, assim como os seus marcos principais. Da mesma forma, foram

iniciados estudos e análises, com vistas ao estabelecimento de normativo institucional, para unificar os procedimentos e critérios de descentralização de créditos (TED), bem como do seu acompanhamento e avaliação.

4.3 Desempenho orçamentário

O valor autorizado pela Lei Orçamentária Anual – LOA para o Programa 2056 – Política Espacial foi de R\$ 198,2 milhões, sem computar as despesas com pessoal e encargos sociais. Ainda na fase de elaboração da Proposta da Lei Orçamentária Anual – PLOA, houve uma ação da setorial de programação orçamentária do MCTIC, dividindo a dotação e a execução do programa temático 2056 entre duas unidades orçamentárias, AEB e MCTIC.

A AEB foi contemplada com uma LOA de R\$ 154,7 milhões e o MCTIC com uma de R\$ 43,5 milhões. Além dessa ação, a dotação orçamentária do programa espacial continua decrescendo anualmente. Entre 2013 e 2015, o valor médio da LOA foi de R\$ 296,9 milhões, ou seja, não houve no período aporte de novos recursos para assegurar a continuidade dos projetos em andamento ou mesmo para atendimento de novos projetos, prejudicando o planejamento do Programa. No exercício de 2016 houve uma diminuição dos valores verificados em exercícios anteriores.

O indicador de execução orçamentária – IEO em 2016 registrou uma execução de 83,86% do limite autorizado.

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

As ações orçamentárias, com seus resultados de execução físico-financeira no exercício de 2016, relacionadas com o Programa Temático 2056 - Política Espacial, são apresentadas a seguir:

Ação 154L – Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)

Identificação da Ação						
Código	154L Tipo: Projeto					
Título	154L - Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)					
Iniciativa	06SE - Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).					
Objetivo	Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.					Código: 1108
Programa	Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.273.622	17.318.872	14.617.233	264.340	264.340	0	14.352.893
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Contrato firmado	Unidade	6			5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
16.493.000	10.735.597	0,00	Contrato firmado	Unidade	-	

FONTE: SIOP

Para promover a vertente da Transferência de Tecnologia do PATT, foi estabelecido, desde 2014 e ao longo de 2015, um conjunto de ações articuladas e integradas, envolvendo a empresa TAS, a AEB, a FINEP e empresas brasileiras da área espacial.

No primeiro semestre de 2016, deu-se continuidade a segunda fase do programa de Absorção de Tecnologia, quando um segundo grupo foi enviado à França para formar um novo contingente de técnicos, com representantes da AEB, do INPE, do Ministério da Defesa – MD, da Visiona, e também da Telebras e do então Ministério das Comunicações, num total de 39 profissionais.

No ano de 2016, o orçamento que estava inscrito em Restos a Pagar (RP) de 2015, no valor de R\$ 16.493.000,00, foi executado, conforme cronograma das etapas estabelecidas nos cinco Contratos Tripartites de Transferência de Tecnologia (ToT), assinados em dezembro de 2015, envolvendo a AEB, a TAS e as cinco empresas brasileiras selecionadas.

A baixa execução do orçamento de 2016 – utilizando-se prioritariamente os recursos inscritos em RP – explica o indicador de eficiência ter atingido o percentual de 5.459,00%. Embora a descrição da meta física trate como “Contrato Firmado”, para o exercício de 2016, de fato se refere a “Contrato Gerido”, visto que os contratos informados no SIOP foram assinados em

dezembro de 2015. Cabe registrar, que para o ano de 2017, foi alterada a descrição da meta física para “Contrato Gerido”.

Ação 20V0 – Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada

Identificação da Ação						
Código	20V0 Tipo: Atividade					
Título	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada					
Iniciativa	No PPA 2016-2019 a conexão se dá por meio de Objetivo (PPA) e Ações (LOA). Logo a informação sobre a Iniciativa não precisa ser informada, devido à perda deste liame que existia com a ação nos PPA anteriores.					
Objetivo	Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.					Código: 0397
Programa	Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.952.502	33.257.252	31.400.555	9.517.739	9.305.263	212.476	21.882.816
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado	Unidade	8	-	7		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
36.397.307	30.679.369	(-773.445)	Projeto apoiado	Unidade	-	

FONTE: SIOF

Quanto a Meta Física, houve apoio a sete projetos:

1. VLS-1
2. VLM-1
3. PSM
4. Certificação
5. Infraestruturas do CLA e CLBI
6. Infraestrutura do IAE
7. VSB-30 MICROG-2.

A execução dos recursos desta Ação ocorreu, majoritariamente, por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED celebrados com o IAE, o CLA e o CLBI, que custearam as atividades relacionadas ao desenvolvimento de sistemas e subsistemas dos veículos lançadores, bem como as campanhas de lançamento no País e no exterior.

Ação 20VB – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial

Identificação da Ação						
Código	20VB Tipo: Atividade					
Título	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial					
Iniciativa	No PPA 2016-2019 a conexão se dá por meio de Objetivo (PPA) e Ações (LOA). Logo a informação sobre a Iniciativa não precisa ser informada, devido à perda deste liame que existia com a ação nos PPA anteriores.					
Objetivo	Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.					Código: 1108
Programa	Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	Final
25.812.000	14.223.901	8.851.786	8.851.304	482	5.372.116	25.812.000
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado	Unidade	95	-	50		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
25.502.342	(-870.783)	Projeto apoiado	Unidade	-		

FONTE: SIOF

Mesmo com um reduzido desempenho financeiro em 2016 (55% do empenhado e 34% do liquidado), foi possível apoiar 50 projetos relatados nos nove Planos Orçamentários dessa Ação, já em andamento em anos anteriores.

O quadro de restos a pagar inscritos desta Ação revela um valor considerável de liquidação e pagamento, principalmente no segundo semestre de 2016.

Ação 20VC – Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada

Identificação da Ação						
Código	20VC		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada					
Iniciativa	No PPA 2016-2019 a conexão se dá por meio de Objetivo (PPA) e Ações (LOA). Logo a informação sobre a Iniciativa não precisa ser informada, devido à perda deste liame que existia com a ação nos PPA anteriores.					
Objetivo	Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.					Código: 0702
Programa	Política Espacial		Código: 2056		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
46.762.638	46.762.638	42.839.303	26.088.632	26.088.632	0	16.750.671
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado	Unidade	5	-	5		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
37.748.202	40.385.794	(-218.742)	Projeto apoiado	Unidade	-	

FONTE: SIOF

A ação 20VC priorizou, em 2016, dois projetos, que são os satélites da série CBERS (PO 000B) e Amazonia (PO 0005).

Os Restos a Pagar Não Processados (Inscrito Líquido) da Ação ultrapassaram a Dotação Orçamentária do exercício, ficando em 116% do seu valor.

Ação 7F40 – Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA

Identificação da Ação						
Código	7F40		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA					
Iniciativa	05H6 - Implantação e modernização dos Sistemas Operacionais e de Apoio Operacional de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).					
Objetivo	Construção das obras complementares da infraestrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI para apoio aos lançamentos previstos no PNAE, bem como aos sítios de lançamentos comerciais, incluindo também, medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental; e implantação de um Centro Espacial, com uma concepção civil, para exploração dos serviços de lançamento em base comercial e que possibilite uma convivência integrada das atividades do Centro com as das comunidades locais, minimizando a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região.					Código: 0397
Programa	Política Espacial		Código: 2056		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.506.490	7.506.490	7.506.490	898.862	898.862	0	6.607.628
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Infraestrutura implantada	Percentual de execução física	2	-	0,11		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
13.131.813	8.210.261	(-83.352.873)	Infraestrutura implantada	Percentual de execução física	-	

FONTE: SIOF

No que tange à infraestrutura específica, os recursos orçamentários desta Ação previam investimentos na implantação da infraestrutura específica sob a responsabilidade da parte brasileira, como estabelecida no Tratado Brasil-Ucrânia.

Contudo, com a denúncia do tratado, por meio do Decreto N° 8.494, de 24 de julho de 2015, os investimentos foram suspensos, justificando a baixa execução física para esta ação.

No que diz respeito à execução orçamentária e financeira dos recursos da Ação 7F40, apresenta a seguinte série histórica:

Execução Orçamentária Ação 7F40

Exercício	Empenhado	Liquidado no exercício	Restos a Pagar Liquidado
2009	92.681.933,91	6.051.880,61	-
2010	33.700.322,57	2.112.853,64	61.615.883,92
2011	39.688.850,61	27.756.529,45	40.655.237,17
2012	111.986.295,19	24.287.934,23	11.182.304,46
2013	86.701.211,40	25.255.620,37	30.267.132,97
2014	56.192.599,00	896.948,85	34.907.330,74
2015	14.548.966,57	1.417.153,74	17.814.189,15
2016	7.506.490,00	898.861,72	8.169.794,85

Esse projeto, iniciado em 2009, passou por algumas relevantes alterações. Conforme previamente citado, um importante fator indutor foi o estabelecimento da ACS, o qual gerou uma necessidade de investimentos da Parte Brasileira, como contrapartida estabelecida no Tratado, que configura um dos objetivos desta Ação. Esse fator atuou de 2009 até 2014, quando as atividades da ACS foram reduzidas, até finalizar a sua influência, com a denúncia do Tratado, em 2015. Observa-se que o montante dos recursos orçamentários e os correspondentes empenhos desta Ação acompanharam essa dinâmica.

A estimativa orçamentária inicial para a Ação 7F40 levava em consideração a necessidade e implantação dos dois objetivos previamente descritos. Uma vez que o cenário mudou, a partir da denúncia do Tratado, a AEB iniciou um estudo para revisão do projeto de implantação do CEA de forma a realinhá-lo às expectativas do Programa Espacial Brasileiro.

Em respeito ao monitoramento da LOA, o produto foi definido como sendo a infraestrutura implantada e a unidade de medida como sendo o percentual de execução física. Para cálculo da meta física, foi adotado que a execução física será medida pelo valor liquidado no ano enquanto o produto infraestrutura implantada foi definido como sendo o valor total previsto para ação, ou seja, R\$ 825.311.455,00. Logo, a meta física será dada pelo valor resultante da divisão do valor liquidado no ano pelo valor total previsto para ação, representando, portanto, uma medida indireta do percentual de execução física.

Em atenção ao quadro acima, observa-se que foi liquidado apenas R\$ 898.861,72 dos R\$ 7.506.490,00 disponibilizados. O valor do restante de recursos foi empenhado e inscrito em restos a pagar para 2017.

Importante salientar que a baixa execução no exercício é uma característica desta Ação em função da natureza das atividades que são executadas com os seus recursos. Observando o quadro “Execução Orçamentária Ação 7F40”, destacam-se os valores dos Restos a Pagar Liquidados em cada ano, mostrando que aquele recurso empenhado no exercício anterior é efetivamente liquidado no exercício subsequente.

Dentre as razões para esse padrão de comportamento pode ser destacado o prolongado processo de licitação para a contratação das obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos específicos da área espacial. Em geral, esses processos são abertos após a liberação do orçamento e a descentralização do recurso para a unidade executora prolonga-se até o final do exercício, o que torna possível somente o empenho da despesa. Contudo, nos exercícios subsequentes o valor empenhado finda por ser efetivamente liquidado.

Ação/Subtítulos – OFSS

Quanto às ações orçamentárias por Subtítulos, a execução físico-financeira é a mesma das ações relacionadas com o Programa Temático 2056 – Política Espacial acima relatadas, com a única observação de que, com exceção da ação 7F40 – Implantação do Complexo Espacial de Alcântara – CEA que tem como localizador 0552 – Município de Alcântara – MA, todas as demais ações orçamentárias têm como localizador 0001 – Nacional.

Restos a pagar das Ações não previstas na LOA durante o exercício de 2016

Quanto às ações de Restos a Pagar não previstas na LOA do exercício 2016, as execuções foram as seguintes:

Identificação da Ação					
Código	10ZJ Tipo: Projeto				
Título	Desenvolvimento do Satélite AMAZONIA-1				
Iniciativa	02NG – Desenvolvimento do Satélite Amazonia-1				
Objetivo	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.				Código: 0702
Programa	Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.929.396,54	0,00	-	Satélite desenvolvido	Percentual de execução física	0,08

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	20UZ Tipo: Atividade				
Título	Desenvolvimento, Manutenção e Atualização da Infraestrutura Espacial				
Iniciativa	02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados.				
Objetivo	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.				Código: 0702
Programa	Política Espacial Código: 2056 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não → Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15.625.844,00	14.080.079,65	917.188,84	Infraestrutura mantida	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	20CB		Tipo: Atividade		
Título	Desenvolvimento de Competências e Capital Humano para o Setor Espacial				
Iniciativa	016R – Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização.				
Objetivo	Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.			Código: 0399	
Programa	Política Espacial		Código: 2056 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.500,00	-	-	Pessoa capacitada	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	4183		Tipo: Atividade		
Título	Pesquisa e Desenvolvimento em Aeronomia, Astrofísica Instrumental e Geofísica Espacial				
Iniciativa	02NC – Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais.				
Objetivo	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.			Código: 0702	
Programa	Política Espacial		Código: 2056 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
90.000,00	83.851,45	6.148,55	Pesquisa realizada	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	6239		Tipo: Atividade		
Título	Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites				
Iniciativa	016E – Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais				
Objetivo	Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.				Código: 0397
Programa	Política Espacial		Código: 2056	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.560.877,22	-	4.560.877,22	Tecnologia desenvolvida	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	6239		Tipo: Atividade		
Título	Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites				
Iniciativa	016E – Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais				
Objetivo	Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.				Código: 0397
Programa	Nacional de Atividades Espaciais – PNAE		Código: 0464	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.336.750,56	-	3.336.750,56	Tecnologia desenvolvida	unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2016 ainda persistiram diversos obstáculos que se antepõem aos avanços em eficiência, eficácia e efetividade dos resultados buscados. O montante dos investimentos, que precisariam ser contínuos, estáveis e crescentes, não atenderam à natureza dos projetos espaciais, que têm características de longo prazo de desenvolvimento.

Comparado com países do grupo dos BRICS, o Brasil investe recursos da ordem de U\$ 150 milhões anuais, enquanto que outros investem cifras na casa de bilhões de dólares, tais como a Rússia (U\$ 5,4 bi), China (U\$ 3,4 bi) e Índia (U\$ 1,1 bi), segundo o relatório Space Report 2016 da Space Foundation, que apresenta os dados referentes a 2015.

Esta visão é corroborada pelo TCU, conforme Relatório de Levantamento que, no Voto do Ministro Marcos Bemquerer Costa, relatando o processo n. TC 016.582/2016-0, afirma:

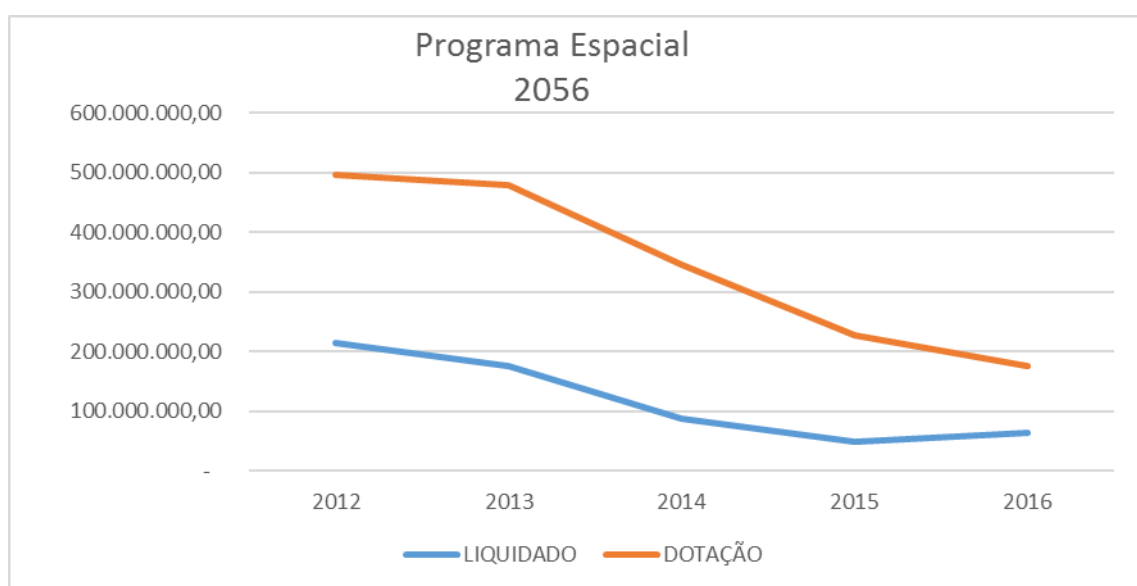
“O Brasil, em nível de investimentos no setor, está aquém de diversos outros países, como, por exemplo, Rússia, Índia e China, conforme identificado no Levantamento. Dentre as consequências do baixo nível de investimento, a unidade técnica relacionou a incapacidade de o setor espacial nacional manter um parque industrial sólido e competitivo e de se inserir na “economia do espaço”.

A crise que o país vem enfrentando representou uma frustração de receitas da ordem de 2,97% do PIB, aproximando à Receita realizada em 2010, após o terceiro ano seguido de queda na arrecadação. Esta frustração é conciliada com a execução orçamentária conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 9º, exigindo um contingenciamento proporcional do orçamento.

Cabe ressaltar que para um orçamento federal de despesas discricionárias (RP 2) da ordem de 104,1 Bilhões de reais, o orçamento destinado à AEB na Lei Orçamentária de 2016, em RP 2, foi de 164 milhões, ou seja, 0,15% do Orçamento destinado a despesas discricionárias da União.

Desta forma, qualquer acréscimo marginal por parte do governo federal, entre 0,5% ou mesmo 0,1% da dotação destinada a despesas discricionárias seria, portanto, recebido pela Agência Espacial Brasileira como aumento significativo de orçamento, podendo aumentar o orçamento da AEB em proporção geométrica, multiplicando-o, indo de encontro à importância estratégica de um setor espacial pujante para um país com as dimensões territoriais e populacionais do Brasil, buscando igualar de fato aos níveis de despesa preconizados pelo Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE 2012-2021), que prevê investimentos anuais da ordem de R\$ 900 milhões.

O orçamento previsto no PNAE 2012-2021 foi embasado no orçamento realizado em 2012, que foi da ordem de 496,8 milhões, incluindo a participação na Binacional Alcântara Cyclone Space – ACS. No entanto, o orçamento do Programa Temático 2056, para o ano de 2016, alcançou o montante de apenas 176 milhões de reais, o que demonstra que o setor espacial vem perdendo importância no rol de despesas discricionárias da União.



Fonte: Tesouro Gerencial

Os sucessivos contingenciamentos orçamentários e financeiros, verificados ao longo de vários anos, continuam prejudicando a execução do programa. Há necessidade também de

recomposição dos quadros de especialistas das principais instituições de pesquisas espaciais no país (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC, e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/MD).

No caso do INPE, como exemplificação, que possui em suas unidades responsáveis pela condução dos projetos de satélites (ETE e LIT) 179 servidores em 2016, existe a previsão de aposentadoria de 111 destes servidores para os próximos 5 anos, o que levaria estas unidades a níveis críticos para a continuidade de suas atividades, se não à completa inviabilidade.

Ainda na questão da perda de importância do setor espacial, o Voto do Relator no processo n. TC 016.582/2016-0, conclui:

“29. Concordo, portanto, que o programa espacial brasileiro requer o aperfeiçoamento do modelo do sistema e o **fortalecimento do papel do seu principal órgão superior de coordenação.** ...”

Também permanece necessária a revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam desenvolvimentos tecnológicos e os riscos a eles associados. São recorrentes os casos de pareceres jurídicos que impõe imensas dificuldades para a execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento, bem como dos projetos de construção dos sistemas espaciais nacionais.

Tais amarras legais trazem uma inconstância na demanda por ativos espaciais, o que representa uma característica de crises cíclicas na indústria espacial brasileira, que tem levado empresas desta área a encerrarem suas atividades no setor.

4.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016	
2013	40.428,20	40.428,20	0,00	0,00	
2012	2.441.247,72	2.441.247,72	0,00	0,00	
2011	18.426.071,62	9.181.466,51	0,00	9.244.605,11	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	41.251.734,30	0,00	27.619.395,67	1.635.423,40	11.996.915,23
2014	46.140.846,01	0,00	158.324,15	44.793.140,27	1.189.381,59
2013	38.072.836,87	0,00	405.615,68	37.667.221,19	0,00
Fonte: SIAFI					

Análise crítica

Após estruturar o quadro conforme as orientações da seção pertinente ao presente assunto, houve um elevado nível de inscrição dos restos a pagar não processados em 2013, 2014 e 2015. Nos exercícios de 2013 e 2014, os valores inscritos foram em decorrência de potenciais passivos junto à empresa Binacional Alcântara Cyclone Space – ACS. No exercício de 2016, a AEB inscreveu em

RP não Processados o valor de R\$ 16,0 milhões. O valor a menor verificado no exercício foi em decorrência de dois fatores distintos: o primeiro, foi por uma programação financeira adequada e à altura das necessidades institucionais da UPC; a segunda, foi que a AEB não teve despesas extras como as verificadas em 2013 e 2014, referentes à ACS.

O valor inicial inscrito em 2016 foi de R\$ 146,3 milhões e divide-se em: 125,4 milhões – Restos a Pagar não Processados e R\$ 20,9 milhões em Restos a Pagar Processados. Os restos a pagar não processados de 2013 e 2014 foram quase que exclusivamente para atender a um potencial passivo junto à ACS; já os de 2015 foram inscritos para o lançador do CBERS-4 junto à CGWIC – China Great Wall Industry Corporation, convênio com a FUNDEP para atender ao programa dos lançadores do PNAE e para a empresa francesa Thales Alenia Space relativos ao Plano de Transferência de Tecnologia do SGDC. O segundo, trata do contrato da PMM, que envolve serviços de desenvolvimento de tecnologia crítica para o programa espacial brasileiro.

O impacto dos RP's no cronograma financeiro do exercício de 2016 foi menos preocupante, quando comparado ao exercício de 2015. O valor inicialmente inscrito foi reduzido pelo cancelamento de R\$ 84,0 milhões, restando um RP a pagar de R\$ 62,2 milhões.

A AEB recebeu a programação financeira inicial de R\$ 163,4 milhões. No entanto, foi um ano atípico para a programação financeira do governo federal. A lei que autorizou a repatriação de recursos externos e a devolução de recursos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para o tesouro, proporcionou um complemento de recursos à programação inicialmente autorizada.

Nesse sentido, a AEB recebeu um total de R\$ 223,7 milhões. Somente em dezembro a AEB recebeu o valor de R\$ 122,6 milhões. Mesmo assim, no exercício, os RP's representaram 80,37% da programação financeira. Assim, de um valor recebido de R\$ 223,7 milhões, R\$ 162,9 milhões foram para o pagamento de restos a pagar da AEB e dos órgãos executores do PNAE (INPE e DCTA).

Não consta dos registros contábeis da UPC, no SIAFI, RP sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto. A AEB sempre procurou no início de cada exercício priorizar o pagamento dos restos a pagar. No exercício de 2015, foi pago 44,24% dos RP's inscritos em exercícios anteriores. No exercício de 2016 esse percentual foi de 75,15%, uma vez que recebeu recursos acima da programação prevista inicialmente pelo MCTIC.

A gestão da AEB sempre trabalha na tentativa de reduzir os RP's, mas conforme discorrido anteriormente em outros exercícios, por se tratar de P&D, sempre haverá eventos contratados no exercício e, inevitavelmente, estendidos por mais de um exercício fiscal. No entanto, os RP's processados e não processados cumprem rigorosamente o que preconizam a Lei nº 4.320/64 e o decreto de restos a pagar.

Caso a AEB tenha em 2017 uma programação financeira igual a verificada em 2016 a instituição continuará com uma curva descendente na inscrição de restos a pagar.

4.3.4 Informações sobre a execução das despesas

Despesas por Modalidade de Contratação								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	48.259.153,84	70%	31.870.863,34	58%	21.317.947,85	61%	28.419.058,01	59%
a) Convite	5.125.409,57	11%	259.109,29	1%	1.386.949,86	7%	259.109,29	1%
b) Tomada de Preços	1.082.180,12	2%	14.664,57	0%	0,00	0%	0,00	0%
c) Concorrência	1.284.639,87	3%	2.124.379,07	7%	516.222,46	2%	1.482.701,39	5%
d) Pregão	40.766.924,28	84%	29.472.710,41	92%	19.414.775,53	91%	26.677.247,33	94%
e) Concurso	0,00		-		0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		-		0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		-		0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	11.422.118,31	17%	15.612.363,64	29%	4.568.089,99	13%	12.573.039,18	26%
h) Dispensa	4.480.616,01	39%	14.537.739,31	93%	4.024.136,63	88%	11.547.472,39	92%
i) Inexigibilidade	6.941.502,30	61%	1.074.624,33	7%	543.953,36	12%	1.025.566,79	8%
3. Regime de Execução Especial	12.922,69	0%	58.470,78	0%	12.922,69	0%	58.470,78	0%
j) Suprimento de Fundos	12.922,69	100%	58.470,78	100%	12.922,69	100%	58.470,78	100%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	8.969.459,87	13%	7.184.837,11	13%	8.963.705,74	26%	7.180.445,18	15%
k) Pagamento em Folha	8.157.140,32	91%	5.405.048,43	75%	8.157.140,32	91%	5.405.048,43	75%
l) Diárias	812.319,55	9%	1.779.788,68	25%	806.565,42	9%	1.775.396,75	25%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	68.663.654,71	100%	54.726.534,87	100%	34.862.666,27	100%	48.231.013,15	100%
6. Total das Despesas da UPC	68.663.654,71	100%	54.726.534,87	100%	34.862.666,27	100%	48.231.013,15	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
319001 - aposentados	327.263,72	319.613,06	327.263,72	319.613,06	0,00	0	327.263,72	319.613,06
319003 - pensões	43.508,76	43.881,24	43.508,76	43.881,24	0,00	0	43.508,76	43.881,24
319007 - contribuição Ent. Fechad	55.883,80	0,00	55.883,80	0,00	0,00	0	55.883,80	0,00
319011 - vencimentos	5.913.563,91	3.539.372,17	5.913.563,91	3.539.372,17	0,00	0	5.913.563,91	3.539.372,17
319016 - despesas variáveis	106.010,90	140.242,22	106.010,90	140.242,22	0,00	0	106.010,90	140.242,22
319113 - obrigações patronais	866.737,89	598.218,65	866.737,89	598.218,65	0,00	0	866.737,89	598.218,65
319092 - despesas exercícios anteriores	844.171,34	0,00	844.171,34	0,00	0,00	0	844.171,34	0,00
	8.157.140,32	4.641.327,34	8.157.140,32	4.641.327,34	0,00	0,00	8.157.140,32	4.641.327,34
2. Juros e Encargos da dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
335039 - outros sv.terc.pj	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0	0,00	200.000,00
335041 - contribuições	0,00	5.526.466,72	0,00	1.000,00	0,00	5.525.466,72	0,00	1.000,00
338041 - contribuições	0,00	7.546,44	0,00	7.546,44	0,00	0	0,00	7.546,44
339004 - contrat.por tempo det.pc	0,00	89.580,46	0,00	89.580,46	0,00	0	0,00	89.580,46
339008 - outros benef.assist.do ser	27.638,10	3.783,32	27.638,10	3.783,32	0,00	0	27.638,10	3.783,32
339014 - diárias pessoal civil	527.063,84	1.241.465,80	527.063,84	1.241.465,80	0,00	0	523.496,46	1.241.413,92
339015 - diárias pessoal militar	285.255,71	529.342,47	285.255,71	529.342,47	0,00	0	283.068,96	525.002,42
339018 - aux.fin a estudantes	944.049,68	10.461.350,40	153.865,69	0	790.183,98	10.461.350,40	153.865,69	0
339020 - aux.fin a pesquisadores	420.857,14	390.857,14	30.000,00	0	390.857,14	390.857,14	30.000,00	0
339030 - material de consumo	3.416.130,12	3.684.342,89	1.196.270,82	1.722.814,45	2.219.859,30	1.961.528,45	1.185.743,83	1.551.605,13
339033 - passagens e desp. locomoção	944.714,91	1.567.614,84	747.040,47	1.114.957,04	197.674,44	452.657,80	747.040,47	1.104.799,50
339035 - sv. Consultoria	0,00	90.006,05	0,00	90.006,05	0,00	0	0,00	90.006,05
339036 - outros sv.t.pessoa física	283.322,28	121.023,93	283.322,28	121.023,93	0,00	0	283.322,28	121.023,93
339037 - locação de mão de obra	7.480.845,66	14.866.862,83	6.678.649,41	13.199.416,84	802.196,25	1.667.445,99	6.678.649,41	13.199.416,84
339039 - outros sv. Terceiros pj	26.382.687,75	49.595.264,16	14.787.112,93	28.836.049,32	11.595.574,82	20.759.214,84	14.779.243,62	25.844.186,33
339041 - contribuições	8.702.148,86	5.534.013,16	7.044.650,60	8.546,44	1.657.498,26	5.525.466,72	7.044.650,60	8.546,44
339046 - auxílio alimentação	423.493,13	240.262,79	423.493,13	240.262,79	0,00	0	423.493,13	240.262,79
339047 - obrigações tribut e contributiva	396,00	3.775,00	355,60	3.775,00	40,40	0	355,60	3.775,00
339049 - auxílio-transporte	41.154,08	28.128,31	41.154,08	28.128,31	0,00	0	41.154,08	28.128,31
339092 - despesas exercícios ant	27.447,18	357.445,98	27.447,18	357.288,25	0,00	157,73	27.447,18	357.288,25
339093 - indenizações e restituç	169.065,97	176.248,39	169.065,97	172.278,39		3.970,00	169.065,97	172.278,39
339139 - outros sv,terceiros pj	0,00	151.742,00	0,00	111.054,56	0,00	40.687,44	0,00	111.054,56
339147 - obrigações tribut e contributivas	0,00	3.775,00	0,00	3.775,00	0,00	0	0,00	3.775,00
	50.076.270,40	94.867.114,76	32.422.385,82	48.078.311,54	17.653.884,59	46.788.803,23	32.398.235,39	44.904.473,08
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
445041 - contribuições	0,00	40.756.504,81	0,00	4.500.000,00	0,00	36.256.504,81	0,00	4.500.000,00
445042 - auxílios	0,00	29.146.772,00	0,00	0	0,00	29.146.772,00	0,00	0
449030 - material de consumo	426,22	328.867,71	426,22	198.638,16	0,00	130.229,55	426,22	198.638,16
449039 - outros sv.terceiros pj	25.531.839,49	33.850.640,44	1.084.553,70	1.423.938,86	24.447.285,79	32.426.701,58	966.864,02	848.545,14
449041 - contribuições	31.263.476,30	40.756.504,81	17.983.966,30	4.500.000,00	13.279.510,00	36.256.504,81	17.983.966,30	4.500.000,00
449042 - auxílios	3.820.739,00	29.146.772,00	0,00	0,00	3.820.739,00	29.146.772,00	0,00	0,00
449051 - obras e instalações	792.436,88	2.760.944,94	119.665,31	317.196,73	672.771,57	2.443.748,21	119.665,31	317.196,73
449052 - equip.a mat. permanente	9.949.611,27	20.279.526,81	2.036.732,31	5.423.253,21	7.912.878,96	14.856.273,60	1.965.614,41	2.680.746,99
449092 - despesas exercícios ant	434.397,48	0	434.397,48	0	0,00	0	434.397,48	0
449147 - obrigações tribut e contributivas	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
	71.792.926,64	197.026.533,52	21.659.741,32	16.363.026,96	50.133.185,32	180.663.506,56	21.470.933,74	13.045.127,02
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								

Análise crítica

As despesas foram efetuadas pelas Unidades Gestoras: 203001 – AEB, 240106 – INPE, 120013 – CLA, 120015 – CLBI e 120016 – GIA/SJC. Não houve alterações significativas na execução das despesas no exercício de 2016, uma vez que a legislação que amparou as despesas executadas também não mudou.

No presente exercício não houve uma concentração significativa de despesas nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação. Essas modalidades ficaram com apenas 8% do total das despesas da UPC e, grande parte dessas despesas, foram com serviços públicos contratados para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, de água, imprensa nacional etc. Embora não consta no quadro que trata sobre as despesas com modalidade de licitação, cabe registrar o valor de R\$ 70,3 milhões verificado na emissão de empenhos com o código 8 – Não se aplica. O valor empenhado foi em decorrência de contratos firmados pela AEB junto à empresa Thales Alenia para transferência de tecnologia do satélite SGDC e convênios firmados pelo INPE com a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE, para atender aos programas dos satélites CBERS-4A e Amazônia-1.

As demais despesas estão dentro da legislação prevista e sua execução atendeu às necessidades da AEB e dos órgãos executores do programa espacial brasileiro.

No exercício de 2016 não houve contingenciamento do orçamento e a execução atingiu os níveis históricos de outros exercícios.

4.3.5 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Concessão de suprimento de fundos							
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	203001	AEB			12	9.779,31	2.240,00
2015	203001	AEB			8	7.465,70	2.899,50

Fonte: SIAFI

Utilização de suprimento de fundos								
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	203001	AEB			12	0,00	9.779,31	9.779,31
2015	203001	AEB			8	0,00	7.465,70	7.465,70

Fonte: SIAFI

Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência				
Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
203001	AEB	3390.30	01	399,88
			16	136,80
			17	1.499,00
			26	0,00
			28	23,00
			29	149,00
			44	404,00
			50	35,00
		3390.39	01	233,27
			41	5.559,36
			46	620,00
			59	480,00
			70	240,00
		Total		
Fonte: SIAFI				

Análise Crítica

Conforme informado em exercícios anteriores, a presente despesa é pouco representativa dentro da execução orçamentária e financeira da UPC. Não é utilizada a Conta Tipo “B” e também não são autorizados saques por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal. No exercício de referência também não houve extrapolação dos limites concedidos.

Os suprimentos foram concedidos para atender despesas de pequeno vulto amparadas pelo inc. III do art. 45 do Decreto nº 93.872/86. A exceção foram três suprimentos concedidos com base no inc. I do art. 45 do respectivo decreto. O valor concedido foi na natureza da despesa 3390.39.41 – Fornecimento de alimentação no valor de R\$ 5.559,36. O valor foi para pagamento de despesa eventual de alimentação com delegações estrangeiras em visita ao Brasil.

A utilização dessa modalidade de despesa reduz o custo processual de pequenas compras, razão pela qual o gestor optou pela sua utilização no exercício de 2016.

No exercício de referência não houveram prestações de contas impugnadas, considerando que todos os suprimentos de fundos foram utilizados conforme a legislação vigente. Os controles são exercidos pelos próprios supridos e pela Divisão de Contabilidade da AEB. Dessa forma, tanto a concessão como as prestações de contas cumpriram a legislação.

Não houve a necessidade de utilizar medidas excepcionais como saques, uso de conta bancária e extrapolação de limites, considerando que as concessões foram para atender estritamente as despesas de pequeno vulto para atender todas as áreas da UPC.

4.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

4.4.1 Indicadores Específicos

O Programa 2056 - Política Espacial inaugurou, no primeiro ano do PPA 2016-2019, a apuração de duas novas séries de indicadores específicos que já vinham sendo monitorados nos PPA anteriores, mas que necessitaram ser aperfeiçoados em suas definições e fórmula de cálculo, conforme os seguintes:

- Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT)

O novo indicador – GAOT (Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra) buscou aperfeiçoar o indicador anterior do PPA (Número de Imagens de Satélites Distribuídas Anualmente), de modo a aferir com mais especificidade o grau de esforço nacional na geração e processamento de imagens, oriundas da coleta de dados de satélites nacionais ou com parceria estrangeira, em relação a uma cesta de imagens que contempla também aquelas provenientes de satélites estrangeiros.

- Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2)

O indicador IPSEN-2 (Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial) substituiu, no atual PPA, o indicador anterior IPSEN (Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE), adotando uma metodologia mais precisa para aferir o grau de esforço do programa com vistas à capacitação tecnológica da indústria nacional, focando exclusivamente nas ações orçamentárias finalísticas do Programa de Política Espacial (Programa 2056) que contribuem, de forma direta ou indireta, para esta finalidade.

O terceiro indicador, denominado **Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)**, permaneceu inalterado em sua definição e fórmula de cálculo no atual PPA, mas será reavaliado na próxima revisão do PPA, visto que a sua apuração se baseava em publicação da Futron Corporation, que produzia análise das dimensões de Governo, Indústria e Capital Humano no âmbito dos programas espaciais em curso no Mundo. A empresa Futron Corporation foi adquirida, em 2014, pela empresa Ascent, e, desde então, a publicação foi descontinuada. Assim, para os efeitos do presente relatório de avaliação, será repetida a 11ª posição obtida pelo Brasil, no ranking dos 15 países analisados em 2014.

As fórmulas de cálculo estabelecidas para a apuração destes indicadores são as seguintes:

- Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT)
 - Programa: 2056 - Política Espacial
 - Unidade de Medida: percentual
 - Índice de Referência: 25
 - Data de Apuração: 31/12/2014
 - Periodicidade: Anual
 - Base Geográfica: Nacional
 - Fonte e Fórmula de Cálculo: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - Relação percentual entre o número de imagens de observação da Terra entregues pelo banco de imagens do INPE, geradas por satélites nacionais ou desenvolvidos com parceria estrangeira, e o número total de imagens da mesma classe, entregues

também por este banco de imagens, no mesmo período. Entende-se por imagens entregues como sendo aquelas selecionadas e solicitadas por usuários cadastrados no catálogo de imagens do INPE, e entregues pelo sistema a estes usuários.

- Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2)
 - Programa: 2056 - Política Espacial
 - Unidade de Medida: percentual
 - Índice de Referência: 30,56
 - Data de Apuração: 31/12/2014
 - Periodicidade: Anual
 - Base Geográfica: Nacional
 - Fonte e Fórmula de Cálculo: Agência Espacial Brasileira - Relação percentual entre o total dos valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços tecnológicos para o programa espacial, e o montante do dispêndio total com as ações orçamentárias de caráter finalístico do Programa Temático Política Espacial (ações 20V0, 20VB, 20VC e 7F40), em cada exercício fiscal.
- Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)
 - Programa: 2056 - Política Espacial
 - Unidade de Medida: posição em listagem de países
 - Índice de Referência: 11
 - Data de Apuração: 31/12/2014
 - Periodicidade: Anual
 - Base Geográfica: Nacional
 - Fonte e Fórmula de Cálculo: Futron Corporation, Space Competitiveness Index - Segundo a metodologia adotada pela Futron Corporation.

No presente PPA 2016-2019, obtiveram os seguintes índices para 2016:



PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT)	percentual	31/12/2014	25	31/12/2016	21,67
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2)	percentual	31/12/2014	30,56	23/01/2017	40,14
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2014	11	24/01/2017	11

(Fonte: SIOP – Monitoramento do PPA – Relatório Evolução de Indicadores)

O indicador Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélite de Observação da Terra (GAOT) obteve, ao final de 2016, o valor de 21,67%.

Até a data de atualização deste índice, o CBERS-4 permaneceu sendo o único satélite Brasileiro de sensoriamento remoto em órbita da Terra. Outros dois satélites estrangeiros também contribuem para o banco de imagens do INPE, o LANDSAT-8 e o Resourcesat-2. Em suma, este indicador está sendo apurado com base na razão entre o número de imagens fornecidas pelo satélite CBERS-4 e entregues aos usuários, e o total de imagens entregues, incluindo aquelas fornecidas

pelos satélites estrangeiros. Espera-se que a quantidade de satélites nacionais e estrangeiros fornecedores de imagens se altere ao longo do PPA 2016-2019, como consequência do término da vida útil dos satélites atuais, ou a inclusão de novos satélites, como por exemplo o Amazonia-1 e o CBERS-4A. Este indicador, que representa em última análise a autonomia do Brasil em imagens de sensoriamento remoto, implica que quanto mais alto o índice, maior a autonomia brasileira, e vice-versa.

Quanto ao indicador IPSEN-2, apurado para o ano de 2016, obteve o valor de 40,14%. Este percentual retrata a relação percentual entre o total dos valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços tecnológicos para o programa espacial, e o montante de dispêndios totais das ações orçamentárias de caráter finalístico do Programa Temático Política Espacial (Ações 20V0, 20VB, 20VC, 7F40 e 154L), no exercício fiscal de 2016.

Ressalta-se que a apuração deste indicador foi realizada pela primeira vez e, como esperado, apresenta valor distinto do antigo indicador IPSEN do PPA 2012-2015. Como resultado, o denominador apresenta um valor menor do que aquele que seria utilizado no denominador do antigo indicador, que incluía todas as Ações do Programa 2056.

Adicionalmente, a esta redução de valores do denominador do índice, o numerador também apresentou um aumento comparado ao índice anterior. Este aumento pode ser justificado por dois fatores principais: a contratação para os projetos de transferência de tecnologia (ToT) no contexto da aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que geraram contratos de subvenção econômica voltados para empresas nacionais; e um aumento significativo em relação a 2015 na execução de contratos através de fundações de apoio. Por outro lado, as contratações diretas para fornecimento de serviços e equipamentos apresentaram declínio, refletindo a redução de contratos vigentes ao longo do ano de apuração do indicador.

Concluiu-se, portanto, que o indicador IPSEN-2 tem no seu valor inicial da série histórica (ano 2016) uma forte contribuição das despesas finalísticas por contratação descentralizada por meio de fundações, e da transferência de tecnologia via FINEP.

Quanto ao indicador Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI), constata-se a posição de décimo primeiro lugar para o Brasil, no ranking dos 15 países selecionados. Um resultado que o enquadra no último grupo (“Emerging Actors”) da estratificação adotada para esse estudo. Ressalta-se que esta posição já foi no passado mais importante, visto que o Brasil já ocupou a décima posição nos anos anteriores a 2013. Ciente deste quadro classificatório, urge esforços continuados para a retomada e intensificação das atividades espaciais brasileiras que possibilitem um protagonismo mais significativo e em consonância com a importância da nação no cenário das atividades espaciais mundiais.

2014 Rank	Country	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
1	U.S.	95.31	94.33	92.49	91.78	91.36	91.09	90.60	← First Tier
2	Europe	50.18	48.81	50.39	49.15	50.36	49.30	50.34	
3	Russia	36.34	34.29	37.99	39.55	39.29	40.55	43.76	
4	China	18.14	19.35	19.11	23.00	25.66	25.14	24.39	← Second Tier
5	Japan	14.89	21.57	19.68	21.15	20.07	22.06	21.45	
6	India	17.59	15.30	18.07	18.69	19.49	20.33	20.49	← Third Tier
7	Canada	17.64	18.66	18.33	16.09	15.11	15.85	16.75	
8	South Korea	9.81	12.73	9.10	9.42	9.03	9.57	10.80	
9	Israel	8.52	8.81	8.87	8.52	9.02	10.03	10.30	← Fourth Tier ("Emerging Actors")
10	Australia					8.42	8.42	7.73	
11	Brazil	5.04	7.14	7.37	7.73	7.26	7.71	7.42	
12	Ukraine					6.07	5.96	6.05	
13	Argentina					6.29	6.46	5.87	
14	Iran					3.52	4.79	4.46	
15	South Africa					3.24	3.17	3.50	

Fonte: FUTRON'S 2014 SPACE COMPETITIVENESS INDEX – A Comparative Analysis of How Countries Invest in and Benefit from Space Industry. Futron Corporation, USA, 2014.

Análise:

Na dimensão Governo, que compõe este índice, observa-se a necessidade de uma elevação no volume dos investimentos governamentais, maior apoio a uma política espacial nacional, com suporte à inovação por meio de compras e encomendas governamentais, e estímulo a ações de cooperação internacional.

Na dimensão Indústria, as empresas devem se capacitar e dominar as tecnologias para fabricação de sistemas espaciais completos, bem como prover serviços de lançamento espaciais.

Já na dimensão Capital Humano, devem ser estimulados na academia mais cursos e atividades na área aeroespacial, que incluam, também, o desenvolvimento de satélites de pequeno porte para aplicações científicas e tecnológicas. Bem como despertar o maior interesse e apoio da sociedade ao programa espacial do país.

4.4.2 – Indicadores de Desempenho Operacionais

Indicadores de desempenho orçamentário e financeiro					
Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Execução Orçamentária - IEO	Porcentual	100	83,86	12 meses	Dotação orçamentária efetivamente empenhada / Limite orçamentário recebido *100
Índice de Execução Financeira - IEF	Porcentual	100	96,90	12 meses	Somatório dos valores do exercício pagos e de restos a pagar pagos / Valor financeiro recebido *100

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Índice de Execução Orçamentária – IEO

Valor Apurado em 31.12.2016: 83,86%

Em 2016, a LOA da AEB foi de R\$ 154,7 milhões. O limite orçamentário recebido foi de R\$ 145,3 milhões, o que correspondeu a 93,92% da dotação disponível. A redução da dotação em 2016 conforme apontado no desempenho orçamentário, prejudicou sobremaneira o planejamento da execução no exercício de referência. Além da retração relatada, a constante repetição dos valores das LOAs autorizadas nos períodos de 2013, 2014 e 2015 representam uma perda de dotação da autarquia em função da inflação verificada nesses exercícios.

Ante aos problemas verificados desde o limite da PLOA até a efetiva execução do limite de movimentação e empenho, o órgão sempre manteve uma execução acima de 95%. No entanto, no exercício de referência, essa execução ficou em 83,86%, um pouco abaixo do nível histórico observado nos exercícios anteriores.

A função do indicador é aferir a efetividade da política espacial na execução da LOA. O indicador passa a impressão de uma boa execução, não considerando outros aspectos que correm em paralelo ao processo orçamentário. Geralmente as dotações do PPA, embora estimadas, são um referencial para o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA. No entanto, os atores responsáveis pelo orçamento não autorizam as dotações na PLOA conforme planejado pela UPC e informados no PPA.

Então, as supressões ou cancelamentos ao longo do exercício, não consideram os valores estimados ou planejados para o exercício, e os atores externos definem tanto a PLOA como o decreto de programação orçamentária, sem considerar os valores que constam nos documentos de planejamento da UPC.

Índice de Execução Financeira – IEF

Valor Apurado em 31.12.2016: 96,90%

A AEB recebeu o valor de R\$ 163,4 milhões referente a programação financeira para pagar despesas do exercício e de restos a pagar. Conforme apresentado no desempenho financeiro do exercício, a programação do exercício de referência do relatório foi positivamente atípica. Ante o exposto, a AEB recebeu de R\$ 223,7 milhões, ou seja, a AEB recebeu R\$ 60,2 milhões a mais do

que o inicialmente previsto. Os restos a pagar representaram 80,37% da programação recebida em 2016.

Os dois fatores que contribuíram para o aumento da programação foram atípicos. Então, caso a UPC não tenha um aumento na sua dotação orçamentária anual, persistirá o problema da programação financeira, considerando que esta depende de uma dotação orçamentária elevada para ter uma programação financeira, também elevada.

Indicador de eficiência institucional					
Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Eficiência Institucional - IEI	Porcentual	2,75	5,67	12 meses	(PLOA para pagto pessoal ativo / PLOA Política Espacial) / (Despesa pessoal / Despesa empenhada da Política Espacial)* 100
Fonte: SIAFI e SIAPE					

Índice de Eficiência Institucional – IEI

Valor Apurado em 31.12.2016: 5,67%

O indicador permite aferir o grau de eficiência da sua força de trabalho na execução das atividades finalísticas e de manutenção em relação ao custo específico com servidores ativos do seu quadro de pessoal. A UPC desde a sua criação manteve a despesa com pessoal numa relação de 2/98. Após a nomeação dos novos servidores, o dispêndio com a força de trabalho deverá ficar numa relação de 5% para pagamento de pessoal ativo e de 95% para as atividades finalísticas e de manutenção do órgão. No índice previsto foram computadas as despesas com os 44 (quarenta e quatro) novos servidores, e observou-se uma alteração da relação 5/95, que foi considerada a relação de *benchmark* para a consecução dos objetivos e metas institucionais previstos nos diversos planos e programas da AEB.

Um fator relevante para a alteração do índice foi também a redução do orçamento finalístico dentro da AEB, em razão da descentralização de dotação do MCTIC diretamente para INPE, conforme tratado no item 4.3 deste relatório.

Então, se considerarmos a PLOA inicialmente informada para a AEB no valor de R\$ 198,2 milhões, a UPC teria um índice previsto de 4,36%. No índice observado no período, a UPC teria 4,19%, ou seja, sendo considerado o valor do orçamento executado na AEB e no INPE. A ação do MCTIC trouxe um resultado negativo para o indicador. No entanto, já foram efetuadas gestões junto ao MCTIC e, para o exercício de 2017, a dotação da Política Espacial estará novamente centralizada na UPC.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos da AEB está retratada ao longo de diversos itens apresentados no presente relatório, em especial:

- No item 3 - Visão Geral da Unidade, quanto às suas finalidades e competências, às normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, o seu organograma funcional, seus macroprocessos finalísticos e operacionais;
- No item 4 - Planejamento organizacional e o seu estágio de implementação, assim como nos fatores intervenientes no seu desempenho orçamentário,
- No item 5 - Atuação da sua unidade de auditoria interna.

Não obstante esta observação, pode ser destacado que, fruto das recomendações indicadas sobretudo pela CGU, o aperfeiçoamento do modelo atualmente vigente está sendo revisto pela AEB, em especial, por força da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10 de maio de 2016, que determina aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal a adoção de um conjunto de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos.

Como um dos resultados desta instrução normativa, a AEB publicou a Portaria Nº 97, de 18/10/2016, que estabeleceu, dentre outras, a criação de um Comitê de Governança, composto pelo Presidente da AEB e seus Diretores, para deliberar sobre as medidas corretivas dos atuais processos de trabalho em prática, bem como daqueles novos e necessários para o aperfeiçoamento do seu modelo de Governança, dos seus processos de gestão de riscos e controles internos necessários.

Ainda por intermédio desse mesmo instrumento e como braço auxiliar do Comitê de Governança, foi criado também um Grupo de Trabalho, com o propósito de levantar, desenvolver estudos e análises, bem como formular propostas de medidas corretivas para o fortalecimento e aperfeiçoamento do modelo de governança e gestão institucional da AEB.

Como importantes realizações da AEB em 2016, podem ser destacados, nesse contexto, os trabalhos, do Grupo de Trabalho constituído, de re-análise dos seus macroprocessos de trabalho, com as suas interligações entre as diversas unidades, bem como o diagnóstico interno, sobre pontos fortes e fraquezas da AEB, que servirão de importantes subsídios para o processo de formulação e implementação do futuro planejamento institucional da AEB.

No âmbito destes esforços, cabe destacar também que, com o novo contingente de concursados nomeados, foram iniciados os trabalhos de estruturação da nova Divisão de Modernização (DMOD), subordinada à Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática (CPM), no âmbito da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA), que se encarregará de formular e coordenar a implementação de estratégias organizacionais voltadas para a melhoria da governança, gestão de riscos e estabelecimento dos controles internos necessários, objeto da IN conjunta MP/CGU.

5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

I. Processo de escolha dos dirigentes e exigências quanto ao perfil.

O Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016 (aprova a estrutura regimental da AEB)

“Art. 3º A AEB é dirigida por um Presidente e por quatro Diretores, indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e nomeados pelo Presidente da República”.

II. Composição dos colegiados, indicando as exigências e a representação dos membros

Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016.

“Art. 6º O Conselho Superior tem a seguinte composição:

I - Presidente da AEB, que o presidirá;

II - um representante e um suplente dos Ministérios:

- a) da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- b) da Defesa;
- c) das Relações Exteriores;
- d) da Fazenda;
- e) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- f) da Educação;
- g) da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;
- h) de Minas e Energia;
- i) do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e
- j) do Meio Ambiente;

III - um representante e um suplente:

- a) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- b) do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa;
- c) do Comando do Exército do Ministério da Defesa;
- d) do Comando da Marinha do Ministério da Defesa;
- e) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e
- f) da Financiadora de Estudos e Projetos; e

IV - um representante da comunidade científica e um do setor industrial, e seus suplentes, envolvidos com a área espacial, designados pelo Presidente da República com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 1º Os representantes mencionados nos incisos II e III do caput serão indicados pelos respectivos Ministros de Estado e pelos dirigentes dos órgãos representados e designados pelo Presidente da República.

§ 2º Os representantes mencionados no inciso IV do caput serão indicados ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações pelo Presidente da AEB. Resolução nº 74, de 27 de fevereiro de 2009 (aprova o regulamento do Conselho Superior da AEB)”.

III. Papeis e funcionamento dos colegiados

Competências do Conselho Superior da AEB

Resolução nº 74, de 27 de fevereiro de 2009, da AEB (aprova o regulamento do Conselho Superior da AEB)

“Art. 3º Ao Conselho Superior compete:

- I. apreciar propostas de atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- II. deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República;
- III. atuar na elaboração do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução;
- IV. atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
- V. apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE;
- VI. apreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais;
- VII. propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial;
- VIII. aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- IX. opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e X. deliberar sobre outras matérias inerentes à atividade espacial”.

Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016 (aprova a estrutura regimental da AEB)

“Art. 5º Ao Conselho Superior compete:

- I - apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- II - deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE, aprovada pelo Presidente da República;
- III - atuar na elaboração do PNAE e de suas atualizações e apreciar anualmente seu relatório de execução;
- IV - atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
- V - apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE, criado pelo Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996;
- VI - apreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais sobre atividades espaciais;
- VII - subsidiar a definição do posicionamento brasileiro em negociações bilaterais e em foros internacionais sobre assuntos de interesse da área espacial;
- VIII - aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e a expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- IX - opinar sobre projetos de lei e propostas de decreto e outros instrumentos legais relacionados às atividades espaciais; e
- X - deliberar sobre outras matérias no âmbito de competências da AEB”.

Funcionamento do Conselho Superior da AEB

Resolução nº 74, de 27 de fevereiro de 2009, da AEB (aprova o regulamento do Conselho Superior da AEB)

“Art. 4º O Conselho Superior se reunirá nas seguintes modalidades:

I. em sessões Plenárias, e

II. em Comissões ou Grupos de Trabalho.

§1º O Conselho Superior poderá constituir Comissões ou Grupos de Trabalho com a finalidade de analisar e relatar assuntos específicos.

§ 2º As Comissões serão integradas por, no mínimo, 3 (três) membros, um dos quais a presidirá, podendo contar, quando necessário, com a participação de membros externos indicados por dirigentes de outras entidades públicas ou privadas congêneres, os quais serão designados pelo Presidente da AEB.

§3º Os Grupos de Trabalho serão integrados por (pelo menos um de) seus membros, (por técnicos por esses indicados) e por técnicos designados pelo Presidente, previamente indicados por dirigentes de outras entidades públicas ou privadas congêneres.

Art. 5º As decisões do Conselho Superior serão tomadas em Reuniões Plenárias, sob forma de Resolução, e para a sua eficácia, deverá ser observada a votação por metade mais um de seus membros titulares ou suplentes.

§1º Havendo empate nas votações do Conselho Superior, o seu Presidente poderá decidir por meio de voto de qualidade.

§2º O Conselho Superior poderá deliberar sobre assuntos já discutidos em Plenário, a pedido do Presidente, por correspondência postal ou eletrônica, assegurados o acompanhamento e o controle dos votantes sobre os resultados, observado o quórum fixado no caput deste artigo.

Art. 6º O Presidente do Conselho Superior poderá decidir ad referendum do Conselho sobre matéria relevante e inadiável quando não houver tempo hábil para a convocação e realização da reunião, devendo submeter a decisão à homologação do colegiado na primeira reunião extraordinária subsequente à prática do respectivo ato.

Art. 7º As reuniões do Conselho Superior serão registradas em atas resumidas. Parágrafo único. Os membros do Conselho Superior indicados na forma prevista neste Regulamento poderão solicitar o registro das suas manifestações, na respectiva ata da sessão realizada.

Art. 8º Caberá ao Gabinete da Presidência da AEB prover os serviços de secretaria do Conselho Superior”.

Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016 (aprova a estrutura regimental da AEB)

“Art. 16. Ao Presidente da AEB incumbe:

(...)

VIII - presidir as reuniões do Conselho Superior e convocá-las, de acordo com as normas específicas;

IX - decidir quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião; e

(...)

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o inciso IX do caput, a decisão será referendada pelo Conselho Superior e deverá ser submetida à homologação na primeira reunião subsequente ao ato.”

5.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A atuação da Auditoria Interna da AEB é baseada no Decreto nº 8.868 de 04/10/2016, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8868.htm>; no regimento interno da AEB, onde estão explicitadas as competências da AIN, disponível em <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/regimento_interno_aeb.pdf>; e na Ordem de Serviço – OS AEB nº 02/2013 – AEB de 24/12/2013, a qual regulamenta a atuação da AIN, que se encontra em anexo ao presente relatório.

Na supracitada Ordem de Serviço estão presentes elementos que caracterizam a independência na atuação da Auditoria Interna, pois nela foi estabelecido o acesso irrestrito aos registros da área de pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevante à execução das auditorias, de forma que as áreas da Agência devem apresentar de forma tempestiva as informações solicitadas pela Auditoria Interna. Além disso, a OS veda o envolvimento dos auditores internos em atividades que caracterizem participação na gestão, habilitando-os a exercerem suas atividades de forma independente.

Ainda, com o advento do Decreto nº 8.868 de 04/10/2016, a AIN aparece como unidade seccional, ligada à Presidência da Unidade, garantindo, assim, a independência e a objetividade dos trabalhos. Contudo, deve procurar promover junto a essas áreas a compreensão de sua função, objetivando manter um bom diálogo que permita a obtenção de informações e realização dos trabalhos.

A AEB não instalou as subunidades descentralizadas, previstas na nova estrutura regimental, formalizada pelo Decreto n. 8868, de 4 de outubro de 2016, logo, as atividades da Auditoria Interna se restringem às unidades internas da sede da Agência. Quanto à estratégia de atuação, a mesma está estabelecida no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, por meio de Matriz de Risco onde foram utilizados critérios probabilidade e impacto, de forma que os temas priorizados são aqueles com maior pontuação no *ranking* de riscos. Em 2016, a AIN/AEB passou a adotar uma postura de atuação coletiva ouvindo os *Stakeholders* sempre que possível.

Ainda no que concerne à estratégia de atuação, vale salientar que os principais trabalhos desenvolvidos no âmbito da AIN/AEB passaram a ser iniciados por intermédio de elaboração de Nota Técnica/Procedimentos, que discorre sobre as fases e metodologias que serão empregadas quando da realização de determinado trabalho ser executado. A ideia com esta metodologia é gerar capital estrutural para a Auditoria Interna – não se limitando apenas ao capital intelectual, de modo que os manuais de procedimento farão parte do acervo da AIN.

No que diz respeito aos controles internos, em 2016, foi publicada a Portaria 97/AEB, de 18 de outubro de 2016, que criou Grupo de Governança e Grupo de Trabalho para atendimento da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10/05/2016. De acordo com a Portaria, o Grupo de Trabalho deverá apresentar um relatório que explicita um diagnóstico das medidas já adotadas e daquelas que serão necessárias para a sistematização de práticas relacionadas à Gestão de Riscos, aos Controles Internos e à Governança.

Posteriormente será elaborada a Política de Gestão de Riscos prevista na IN/MP/CGU/Nº 01/2016, até 10/05/2017, portanto, esse trabalho deve gerar alterações/aprimoramento nos controles atualmente existentes na AEB.

A composição atual da equipe de auditoria é a seguinte:

Força de trabalho da auditoria interna

Servidor	Cargo	Atribuição
1. Eduardo Ribeiro Portaria nº 92/AEB	Auditor Chefe	Responsável pela gestão da unidade, interlocução com os STAKEHOLDERS e Supervisão dos Trabalhos.
2. Ailton Miranda	Chefe de Serviço	Desempenha funções de auditoria e de Supervisão dos Trabalhos.
3. João Sérgio Lima	Analista em C&T	Desempenha funções de auditoria.
4. Clayton Silva	Assistente em C&T	Desempenha funções de apoio às auditorias.
5. Aline Sousa	Terceirizada	Apoio Administrativo

No que diz respeito à escolha do titular e nomeação do Auditor Chefe (Portaria Nº 92, de 03 de outubro de 2016, publicada em 04/10/2016), foram seguidos todos os procedimentos estabelecidos pela Portaria CGU Nº 915, de 29 de abril de 2014, a qual prevê uma aprovação da indicação por parte da CGU. Além disso, tal procedimento é previsto no próprio Regimento Interno da AEB, em seu Artigo 4º, § 2º, a saber: “A nomeação do Auditor-Chefe será submetida, pelo Presidente da AEB, à aprovação da Controladoria-Geral da União”.

Quanto ao posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da AEB, conforme apresentado no item 3.6 do presente relatório, referente ao Organograma da Unidade, a AIN aparece como órgão seccional, ligado à Presidência da AEB.

Não há conselho de administração ou comitê de auditoria formalizados na AEB. Não obstante, no que concerne à sistemática de comunicação à alta gerência, quando os trabalhos de auditoria são finalizados, os relatórios são enviados via sistema de Gerenciamento de Informações (Próton) para os setores auditados. Além disso, em cumprimento ao Artigo 13 da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, o mesmo é encaminhado formalmente para o Presidente da Agência com o intuito de dar conhecimento das conclusões dos trabalhos e recomendações expedidas. Posteriormente, para atender ao Artº 12 da IN 024/CGU, os relatórios são encaminhados para a CGU.

O Sistema Próton permite o acompanhamento, de forma segura, do recebimento do Relatório por parte dos atores envolvidos. No que diz respeito ao exercício de referência, as áreas auditadas procuraram atender às recomendações exaradas, não havendo necessidade, por consequência, de assunção de risco pela alta administração.

Com o intuito de aprimorar a gestão da informação e do conhecimento nos trabalhos feitos pela equipe da Auditoria Interna, estabeleceu-se nova metodologia na fase inicial dos trabalhos, por meio da qual foram explicitadas as metodologias que seriam empregadas quando da execução das auditorias, por meio da elaboração de Notas Técnicas/Procedimentos que eram encaminhados para conhecimento tanto para a área a ser auditada quanto para a alta gerência da casa.

5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A AEB, visando atender ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, designou servidores para manter atualizadas as informações concernentes ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

A base normativa que norteia as atividades de correição é a própria Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 e as orientações recebidas do CGU-PAD e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Importante salientar que, desde a implantação do CGU-PAD, não houve qualquer ocorrência de ilícitos administrativos que implicasse em lançamentos nesse sistema.

5.5 Gestão de riscos e controles internos

A gestão de riscos nas organizações compreende a adoção de medidas visando a identificação, a avaliação e a administração de potenciais eventos ou situações que tenham impactos negativos ou positivos para a instituição. Espera-se oferecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos organizacionais.

Os controles internos, por sua vez, representam um conjunto de regras e procedimentos destinados a mitigar os riscos, fornecendo segurança razoável para a consecução da missão organizacional e o alcance dos objetivos institucionais.

Como já comentado no item 5.0 do presente relatório, a AEB deu início às atividades voltadas à gestão de riscos e aos controles internos do ponto de vista institucional, ainda que não disponha de um plano estratégico, tático e operacional implementado. Em cumprimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10/05/2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, a AEB vem desenvolvendo esforços com vistas a atender às determinações do referido instrumento normativo.

O Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 97, de 18 de outubro de 2016, da AEB, elaborou estudo preliminar sobre as práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança na AEB, agregando os riscos advindos das atividades meio com os riscos oriundos das atividades fim.

A estratégia dos trabalhos foi inspirada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que preconiza uma abordagem mista, composta de uma visão “*top-down*”, e por uma perspectiva “*bottom-up*” à luz das ISO 31000 e 31010.

No contexto “*top-down*”, foram realizadas pesquisas e atividades para identificação de macroprocessos e processos de negócio a fim de, em estágio futuro, identificar e avaliar em detalhes eventos negativos associados a processos específicos, que podem de alguma maneira ameaçar o alcance dos objetivos determinados a partir da competência e estrutura regimental da AEB.

Na perspectiva “*bottom-up*”, foi realizado um diagnóstico no qual elementos e procedimentos operacionais foram identificados, bem como suas eventuais fragilidades.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	255	75	02	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	254	74	02	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	254	51	44	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	05	01	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	18	01	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	41	04	11
4. Total de Servidores (1+2+3)	255	116	06	11

Fonte: Planilha de controle da RH mais informações do SIAPE

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	41	33
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	41	33
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	29	22
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	04
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	07
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	23	18
4. Total de Servidores (1+2+3)	64	51

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	70	60	14	12
1.1. Cargos Natureza Especial	01	01	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	69	59	14	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	INEXISTE	04	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	INEXISTE	05	01	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	INEXISTE	18	02	02
1.2.4. Sem Vínculo	INEXISTE	41	10	08
1.2.5. Aposentados	INEXISTE	11	01	02
2. Funções Gratificadas	07	06	02	01
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	INEXISTE	03	01	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	INEXISTE	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	INEXISTE	03	01	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	77	66	16	13

Fonte: Relatórios de controle de DAS/FGR

Análise Crítica

Na análise dos dados apresentados nos quadros acima, demonstram os aspectos que interferem diretamente na força de trabalho, informamos que:

- a) A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade jurisdicionada mostra-se menos fragilizada uma vez que recebeu servidores concursados, sendo que os mesmos estão absorvendo as atribuições frente a demanda de trabalho;
- b) A força de trabalho da AEB até junho de 2016 era constituída na sua maioria por servidores requisitados de outros órgãos e nomeados em cargos em comissão. A nomeação, a partir de julho de 2016, dos primeiros servidores concursados, trouxe um reforço para o órgão e proporcionou uma melhor alocação funcional para atender às reais necessidades de cada unidade interna da UPC. A alocação dos servidores obedece a distribuição definida pela Estrutura Regimental – Decreto 8.868, de 04 de outubro de 2016. A distribuição da força de trabalho entre as áreas meio e finalística seguiu os cargos definidos no concurso realizado;
- c) Como a maioria dos servidores eram de cargos comissionados, aqueles que se aposentavam eram substituídos por outros, de forma que o contingente via de regra não era impactado pelas aposentadorias, haja vista que a AEB contava com apenas 7 (sete) servidores no quadro próprio, com a chegada dos novos servidores acredita-se que num futuro distante, a UPC terá impacto na sua força de trabalho, considerando que as aposentadorias dos servidores só poderão ser substituída por meio de concurso público;
- d) Os eventuais afastamentos tais como: atestados para tratar da própria saúde, licenças gestantes, licenças paternidade e outras não interferem no andamento dos processos desta AEB, por serem pouco representativos;
- e) Conforme relatado na letra “b”, os novos servidores foram alocados seguindo estritamente os cargos definidos no concurso público. Eventuais estudos e avaliações podem indicar alguma necessidade de realocação, especialmente no contexto da execução da sua atividade fim. Até então a UPC contava com um quadro próprio reduzido e a sua maioria era de servidores requisitados de outros órgãos da administração pública e de cargos em comissão sem vínculos, nomeados com o perfil para cada área de atuação.

f) Qualificação da força de trabalho;

Pelo quadro funcional, até junho de 2016, a UPC não contava com servidores efetivos e, sim, de diversos órgãos da administração pública. A AEB realizou em 2014 concurso público para 66 (sessenta e seis) cargos efetivos que trará um ganho para que a instituição possa cumprir com sua missão institucional. Os novos servidores começaram a chegar a partir de julho de 2016. Assim, a AEB por meio da Divisão de Capacitação vem trabalhando na capacitação dos novos servidores e dos servidores que já se encontravam na instituição. No presente exercício foram capacitados servidores das áreas de licitação, de recursos humanos e das áreas finalísticas.

g) Descrições das iniciativas da unidade jurisdicionada para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados;

Conforme informado na letra “f”, a AEB utilizou seus recursos no treinamento de 51 (cinquenta e um) servidores em 13 (treze) cursos de aperfeiçoamento, totalizando um dispêndio de R\$ 133.311,53 (cento e trinta e três mil, trezentos e onze reais e cinquenta e três centavos).

h) Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;

Em dezembro de 2016 o quadro de pessoal efetivo da AEB era composto por sete servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, 44 (quarenta e quatro) servidores da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia. Esses servidores não estão enquadrados na vedação do art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal. Os demais servidores que compõem a força de trabalho do órgão são requisitados de outros órgãos e, caso estejam enquadrados na vedação, são de responsabilidade dos seus órgãos de origem:

* Não há servidores enquadrados na vedação. Portanto, não dispomos de controle interno para detectar a referida vedação.

Conforme discorrido acima não houve acumulação de cargos, funções e empregos públicos dos servidores ocupantes de cargo efetivo. Portanto, não houve providências a serem adotadas.

i) Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.

A AEB ainda não dispõe de indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas. No presente exercício, a AEB já obteve uma correlação entre a despesa com pessoal realizada e o orçamento efetivamente executado. Com a chegada dos novos servidores concursados, estão em estudo a criação de outros indicadores para medir a qualidade, satisfação, cumprimento dos normativos e as demais atividades inerentes à gestão de pessoas.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	175.407,90	15.075,79	5.025,26	5.581,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.089,95
	2015	0,00	171.478,20	14.289,85	0,00	4.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.244,05
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	1.418.948,84	90.666,68	1.337.761,38	27.936,11	193.968,03	35.413,19	0,00	0,00	0,00	3.104.694,23
	2015	300.500,88	112.524,24	38.477,13	29.316,08	31.479,44	23.687,09	0,00	0,00	0,00	535.984,86
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	640.191,88	60.677,41	20.810,10	83.464,60	2.983,92	0,00	1.715,16	0,00	809.843,07
	2015	0,00	522.779,10	43.844,23	10.840,22	69.910,34	0,00	0,00	0,00	0,00	647.373,89
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	1.491.473,92	0,00	128.054,86	38.743,21	316.390,04	31.446,54	0,00	25.853,63	0,00	2.031.962,20
	2015	1.652.013,92	0,00	139.391,23	36.047,08	235.950,42	19.421,26	41.615,54	0,00	0,00	2.124.439,45
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	31.725,34	0,00	31.090,80	1.571,87	2.285,71	0,00	0,00	0,00	0,00	66.673,72
	2015	54.510,60	0,00	4.715,62	3.648,71	1.605,87	0,00	0,00	0,00	0,00	64.480,80
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Ficha Financeira do servidor SIAPE

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A principal observação é que até julho de 2016 a AEB não contava com um quadro próprio de servidores, diante dessa realidade não há como identificar possíveis riscos na gestão de pessoas, uma vez que o universo de servidores do quadro próprio estava restrito a sete servidores. Os servidores lotados nas diversas áreas não ofereceram riscos à instituição, uma vez que estão em áreas de baixo risco. A UPC recebeu 44 (quarenta e quatro) servidores concursados, referente ao primeiro concurso público para provimento do quadro da AEB e, no médio e longo prazo, este item poderá ser melhor identificado e/ou descrever os riscos na gestão de pessoas.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome:						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada(CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de Estagiários	01.406.617.0001-74	31/06/2016	31/07/2017	Cursando Superior ou Nível Médio	A

Fonte: Divisão de Pessoal/CRH/SIAPE

Contratação de Estagiários

Em 2013, a Agência Espacial Brasileira – AEB, tinha no seu quadro 24 (vinte e quatro) estagiários, sendo 18 (dezoito) estagiários de nível superior, destes, três na área fim e 15 (quinze) na área meio. Os seis estagiários de nível médio foram alocados na área meio. Em 2013 foram investidos R\$ 114.902,81 (cento e quatorze mil, novecentos e dois reais e oitenta e um centavos) com os estagiários de nível superior e R\$ 21.769,65 (vinte e um mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) com os de nível médio.

No ano de 2014, o programa de estágio ofertou um total de 33 (trinta e três) vagas para estudantes cursando o nível superior e 19 (dezenove) vagas para os de nível médio. Foram preenchidos um total médio de 21 (vinte e uma) vagas, assim alocados: 13 (treze) estagiários de nível superior na área fim e oito na área meio. Os três estudantes de nível médio foram alocados na área meio. Foram investidos o valor de R\$ 93.087,52 (noventa e três mil, oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) com estagiários de nível superior e R\$ 10.440,00 (dez mil, quatrocentos e quarenta reais) com os de nível médio.

No ano de 2015, a Agência Espacial Brasileira – AEB, disponibilizou 56 (cinquenta e seis) vagas para estágio, sendo 37 (trinta e sete) para nível superior e 19 (dezenove) para nível médio, destas foram preenchidas apenas 15 (quinze) vagas, sendo 12 (doze) de nível superior e três de nível médio. A área finalística ficou com 11 (onze) e a área meio contou com apenas uma. As três de nível médio foram alocadas na área meio. Com os estagiários foram investidos ao longo do exercício de 2015 o valor de R\$ 74.880,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais) com nível superior e R\$ 10.440,00 (dez mil, quatrocentos e quarenta reais) com nível médio.

Agora em 2016, a Agência Espacial Brasileira – AEB, disponibilizou 37 (trinta e sete) vagas para nível superior e 19 (dezenove) vagas para nível médio, destas foram preenchidas 15 (quinze) vagas com estagiários de nível superior lotados na área fim, e duas vagas de estagiários de nível médio lotados na área meio, gastos um total de R\$ 102.336,00 (cento e dois mil, trezentos e trinta e seis reais) sendo R\$ 93.600,00 (noventa e três mil, e seiscentos reais) com nível superior e R\$ 8.736,00 (oito mil, setecentos e trinta e seis reais) com nível médio.

Todas as contratações de estagiários tiveram como principal objetivo integrar os jovens ao sistema corporativo, bem como dar oportunidade de participar de atividades voltadas às suas áreas de atuação, participando de projetos científicos, dentre outras atividades inerentes à AEB.

6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 Gestão da frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A UPC se ampara no Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008 e na Portaria nº 05-DPOA, 15 de janeiro de 2009, que regulamenta a utilização de pequenas cargas.

Fundamentação nos normativos:

Lei nº 10.520 de 17/07/2002

Lei nº 8.666/93

Lei nº 9.660/98

Instrução Normativa MP nº 3, de 15 de maio de 2008

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades UPC;

Para as atividades da UPC, os serviços de transporte são de grande relevância, uma vez que a AEB não dispõe de frota própria de veículos e de função de motorista no quadro de servidores, gerando assim, a necessidade de contratação de empresa de transporte para a realização de atividades externas, essenciais ao funcionamento da AEB, as quais exigem constantes deslocamentos de pessoas, documentos, materiais e pequenas cargas.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC;

Discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A Unidade Jurisdicionada não dispõe de frota própria de veículos automotores sob sua responsabilidade, a UPC utiliza veículos de terceiros nas seguintes quantidades e categorias:

Veículos Integrais:

2 automóveis executivos

1 automóvel de passeio 1.0

1 Motocicleta

Veículos destinados à locação eventuais:

Micro-ônibus/Van

Ônibus rodoviários

Caminhão de carga

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Veículos de representação:

2 automóveis executivos – Quilômetros rodados = 45.385

Veículos de transporte institucional.

2 automóveis de passeio 1.0 – Quilômetros rodados = 17.057
1 Motocicleta - Quilômetros rodados = 11.124

Veículos destinados à locação eventual:

Ônibus – Quilômetros rodados = 179
Caminhão – Quilômetros rodados = 76
Van – Quilômetros rodados = 675

Obs.: devido à baixa demanda da UPC, no mês de novembro foi reduzido do contrato um carro de passeio.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Veículo de passeio e executivo:

2 anos de uso.

Motocicleta:

2 anos de uso.

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela Administração da frota, entre outros);

Não há custos associados à manutenção da frota.

g) Plano de substituição da frota;

A substituição da frota será feita de acordo com o contrato firmado com a empresa terceirizada. Deverá ser realizada a cada 2 anos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A UPC não optou por aquisição em detrimento da locação, conforme resposta da letra “b”.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Para a gestão dos serviços a UPC tem um servidor designado em Portaria para fiscalizar, liberar e controlar a quilometragem, as requisições de transporte e as saídas dos veículos.

6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A AEB não possui veículos próprio, portanto não há uma política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A AEB não possui imobiliário da União em seu nome.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A AEB não cede espaços físicos ou imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.

6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A AEB não possui imóveis locados de terceiros.

6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Obras e serviços de engenharia do CLA - orçamento da UPC					
Descrição	Empresa	Vigência do Contrato	Estágio Execução (Concluído ou Não Concluído)	Valor Pago (até dez/2016)	Valor RP Pago (até dez/2016)
Construção de Posto Médico do Setor de Comando e Controle do CLA	Fênix Construções e Incorporações Ltda - ME	01/09/15	CONCLUÍDO	R\$ 1.586,44	R\$ 5.002.369,80
Construção do Prédio de Controle de Preparação no Setor de Preparação e Lançamento do CLA	Fênix Construções e Incorporações Ltda - ME	01/09/15	CONCLUÍDO	R\$ 1.693,47	R\$ 4.663.837,02
Construção da Escola Fundamental Caminho das Estrelas	Fênix Construções e Incorporações Ltda - ME	24/05/16	CONCLUÍDO	R\$ 457.367,38	R\$ 4.426.339,33
Serviço de Construção do Prédio para Depósito de Propulsores no Setor de Preparação e Lançamento do CLA	G-TEC Global Tecnologias em Construções Ltda	03/11/15	CONCLUÍDO	R\$ 317.196,73	R\$ 6.684.722,08
Construção da Rede Preventiva de Incêndio do Setor de Preparação e Lançamento do CLA	MRA Serviços e Construções Ltda- ME	25/02/16	NÃO CONCLUÍDO	-	R\$ 2.529.716,18

Fonte: Centro de Lançamento de Alcântara - CLA

6.3 – Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 – Principais Sistemas de Informações

Em relação ao Sistemas de Informação da AEB, o quadro a seguir elenca os principais sistemas de informação que estão em funcionamento:

Principais sistemas de informações da AEB

Sistema	Descrição e Objetivo	Responsável Técnico	Criticidade	Manutenção Anual
SISRH (AEBRH)	Sistema de gestão de pessoas. Neste Sistema são inseridas as informações dos servidores da AEB	Eduardo Santos – DINF	Alta	NA
GRP- Almoarifado	Sistema de controle de almoxarifado da AEB	Eduardo Santos – DINF	Alta	NA
Próton	Sistema de gestão eletrônica de documentos. Por ele são tramitados e arquivados todos os documentos do órgão.	Diego Oliveira – DINF	Muito Alta	R\$ 47.493,72
CitsMart - Sistema de SLA para Atendimento de Suporte Técnico	Ambiente disponibilizado para os usuários da instituição realizarem a abertura de notificações referentes a problemas ou necessidades na área de Tecnologia. Principais funcionalidades: Trabalha com SLA para todos os chamados em aberto, possui níveis de hierarquia para vários tipos de problemas existentes.	Diego Oliveira – DINF	Alta	NA
Webmail	Troca de mensagens eletrônicas pelos usuários da Instituição, focado na disseminação de conteúdo corporativo.	Oziel Silva – DINF	Muito Alta	NA
Intranet 2.0	A Intranet é um site corporativo, criado em um gerenciador de conteúdo (CMS) WordPress, para facilitar a inserção, atualização ou remoção do conteúdo do site, e tem o objetivo de prover informações para os usuários, além de possuir ferramentas de socialização e colaboração. Funcionalidades: Apto a funcionar em qualquer ambiente ou plataforma, enviando anexos e textos.	Eduardo Santos – DINF	Baixa	NA
Portal Corporativo	Portal da Agência Espacial Brasileira, criado com o gerenciador de conteúdo (CMS) Wordpress, adaptado ao guia de comunicação da SECOM-PR	Eduardo Santos - DINF	MuitoAlta	NA
AEB Cloud	Sistema de compartilhamento de arquivos na nuvem privada da AEB	Flávio Silva – DINF	Média	NA
Kanban	Sistema de controle de Projetos utilizando quadros Kanban	Flávio Silva – DINF	Média	NA
Patrimônio	Sistema de controle patrimonial	Tulio Silva – DINF	Baixa	NA
NA: Não Aplicável, pelo fato da manutenção ser realizada pela Equipe de TI da AEB.				

O quadro a seguir apresenta os projetos de TI em desenvolvimento no período de vigência do PDTI 2016-2017, discriminando os alinhamentos com o PDTI.

Sistemas de TI em desenvolvimento

Projeto	Descrição	Alinhamento ¹	Situação / Prazo	Responsável	Orçamento	Criticidade
Intranet 2.1	Release com melhorias da nova Intranet	N15 (OTI03/OTI09/OTI02)	Em andamento /Abril 2016	Eduardo Santos – DINF	NA	Média
Portal Corporativo	Portal da Agência Espacial Brasileira, criado com o gerenciador de conteúdo (CMS) Wordpress, adaptado ao guia de comunicação da SECOM-PR	N16 (OTI 02/OTI 03/OTI 09/OTI 12/OTI 14/OI 01/OI 03/OI 04/OI 05/OI 07/OI 11/OI 16)	Em andamento /Outubro 2016	Eduardo Santos – DINF	NA	Muito Alta
SISRH (AEBRH)	Sistema de gestão de pessoas. Neste Sistema são inseridas as informações dos servidores da AEB	N14 (OTI09/OTI12)	Em andamento /Janeiro 2016	Eduardo Santos – DINF	NA	Muito Alta
GRP- Almoarifado	Sistema de controle de almoarifado da AEB	N32 (OTI 09 OTI12)	Concluído	Eduardo Santos – DINF	R\$ 39.000,00	Alta
Ponto Eletrônico	Sistema de controle de ponto eletrônico dos funcionários da AEB	N14 (OTI09/OTI12)	Em andamento /Janeiro 2016	Eduardo Santos – DINF	NA	Média

¹ Nomenclatura em conformidade com o PDTI

6.3.2 – Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e sobre o Plano Diretor da Informação – PDTI

O PDTI da AEB para o biênio de 2016 - 2017 relaciona as necessidades, os planos e as diretrizes para o bom desenvolvimento e aprimoramento das atividades de gestão de informática da Agência. As estratégias de TI estão alinhadas com as políticas e os instrumentos de planejamento da AEB, considerando o PNAE – 2012-2021, as competências previstas na Lei de criação da AEB, nº 8.854/94, o Plano Plurianual - PPA 2016-2019 e a Estratégia de Governança Digital – EGD 2016-2019.

No PDTI encontram-se as informações necessárias para o entendimento da sua vinculação com a missão da AEB, bem como as necessidades da organização por bens e serviços de TI, planejamento e adoção das melhores práticas para a aquisição de produtos e serviços de TI, Projetos de TI, e Plano de Gestão de TI. O PDTI subordina os investimentos de TI aos objetivos da AEB e prioriza os projetos de TI a serem atendidos.

Na gestão do PDTI, seu Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI tem a responsabilidade de promover a coordenação das ações necessárias para a implementação da Política de Tecnologia da Informação na AEB, divulgação dos seus objetivos e diretrizes, bem como o acompanhamento da sua execução, buscando uma melhoria contínua dos seus processos. No ano de 2016 foram realizadas 05 (cinco) reuniões do CGTI, com a finalidade de alinhar o conhecimento referente ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, bem como fazer o

levantamento de todas as necessidades da casa, seja de aquisições de bens e/ou serviços, como o desenvolvimento de sistemas internos. As reuniões também serviram para mostrar a importância do documento para toda a agência e conscientizar acerca da importância da participação de todos os responsáveis na elaboração do documento. Abaixo segue tabela contendo os integrantes e suas atribuições no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação:

Comitê Gestor de TI

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI	
Nome	Atribuição
Rener Martins Couto	Presidente
Lucas Cavalcanti de Magalhães Rosa	Secretário Executivo
Otacílio Bonfim Neto	Titular
Eduardo Ferreira da Silva	Suplente
Pamela Mayara Fernandes Nunes	Titular
Helen Julião de Alcântara	Suplente
João Valentim Bin	Titular
Glauter Pinto de Souza	Suplente
Adriana Elysa Alimandro Corrêa	Titular
Jean Robert Batana Pires Ferreira	Suplente
Carlos Eduardo Quintanilha Vaz de Oliveira	Titular
Edmery de Lima Lins	Titular
Marta Regina Lavallo	Titular
Ailton Bastos de Miranda	Suplente
André João Rypl	Titular
Daniela Ferreira Miranda	Suplente
Maria Emília Mello Gomes	Titular
Rose Maria do Nascimento	Suplente

A força de trabalho de TI é composta por servidores, empregados, terceirizados e estagiários, conforme o quadro a seguir:

Força de trabalho da TI da AEB por área de atuação

	Infraestrutura	Gestão	Desenvolvimento	Apoio Administrativo	Central de serviços
Efetivos	Tulio Oziel Jean	----	Juliano Eduardo	----	----
Comissionados	----	Paulo Rener Lucas	Thiago Kairala	----	Paulo Norberto
Terceirizados	Joesley (N3) Anderson (N3)	----	----	Giulia	Percílio (Preposto) Alexandre (Qualidade) Yago (N2) Larissa (N2) Josi (N2) Lucas (N1)
Estagiários	Yagho Lazaro	----	Felipe Bruno Barbara	----	----
Cedido (ATI/MPDG)	----	Diego	----	----	----
Total por área	7	4	6	1	7
Total geral	25 Pessoas				

Com a colaboração formalizada por meio de um acordo de cooperação técnico-científica entre a AEB e a Universidade de Brasília – UnB, a AEB conta ainda com o apoio do seguinte quadro de pesquisadores:

Bolsistas da UNB

Nome	Descrição
Camila Cavalcante Maia	Pesquisador Bolsista
Daniel Ramos Luchetta	Pesquisador Bolsista
Fabiano de Avelar Apoliano	Pesquisador Bolsista
Felipe Rodopoulos de Oliveira	Pesquisador Bolsista
Felipe Sampaio Marques Souza	Pesquisador Bolsista
Flávio Amaral e Silva	Pesquisador Bolsista
Gabriel Gonzaga Martins Souto de Magalhães	Pesquisador Bolsista
Vinícius Abrantes	Pesquisador Bolsista

Referente as medidas tomadas para mitigar as eventuais dependências do órgão a tecnologias de empresas terceirizadas, foram selecionados três servidores com mais de 15 anos de experiência na área de tecnologia da informação que tomaram posse em 2016, para trabalharem na equipe de Infraestrutura de TI. Em todo projeto executado pela empresa terceirizada foi prevista a entrega de documentação e repasse de conhecimento através de treinamentos ou *workshops*. Todas as ações realizadas no atendimento de incidentes, requisições ou tarefas rotineiras são registradas na base de conhecimento da ferramenta CitSmart e na aplicação Wiki, desenvolvida para registro das ações.

No que tange ao desenvolvimento, a AEB não possui equipe terceirizada. Praticamente todo o trabalho de desenvolvimento é realizado pelos funcionários da casa em parceria com o Projeto de Pesquisa com o CPAI-UnB e sua equipe de pesquisadores. No concurso de 2016 foram selecionados e alocados para a área dois profissionais com mais de 15 anos de experiência no mercado, que organizaram o Processo de Desenvolvimento e estão elaborando a Política de Desenvolvimento, Aquisição e Manutenção de Software. Alguns dos itens abordados tanto pela política quanto pelo acordo de cooperação são a propriedade intelectual das soluções de software, apropriação de soluções livres e utilização de tecnologias proprietárias.

Para garantir a eficácia e eficiência no fornecimento e atendimento da TI, a equipe participou de inúmeros treinamentos, capacitações e reciclagens. O quadro a seguir lista os treinamentos realizados em 2016, também constante no Plano de Capacitação de Pessoal da AEB:

Cursos de capacitação da área de TI

Nome	Capacitação Técnica	Aplicação
Barbara Daniele da Silva	Curso de Sistemas SEI.	Auxiliar na utilização de funcionalidades básicas da ferramenta SEI, em parceria estratégica com MPDG e MCTIC.
Diego Mariano de Oliveira	Análise e Melhoria de Processos.	Auxiliar em técnicas de melhorias de processos com o intuito de identificar pontos de falhas nos processos internos da DINF.
Eduardo Ferreira dos Santos	Gestão Estratégica com o uso do BSC.	Auxiliar no planejamento estratégico e tomada de decisão da DINF.
	Gerenciamento de Projetos.	Gerenciar equipes de desenvolvimento.
Juliano Raphael Simões de Souza	eMAG Desenvolvedor.	Aplicar práticas de acessibilidade nos ambientes Web da AEB.
	Elaboração PDA	Auxiliar na elaboração do Plano de Dados Abertos.
	Introdução a Gestão de Projetos	Introdução à gestão de projetos com a contextualização do assunto, conceitos básicos de gerenciamentos de projetos e grupos de processos de gerenciamento
Paulo Henrique da Silva Junior	Gerenciamento de Projetos de TI	Auxiliar na gerencia de projetos de TI, bem como implementação de boas práticas de acordo com o PMBOK.
	Gestão de Riscos de TI – NBR 31000 e NBR 27005	Auxiliar na aplicação da Gestão de Riscos de TI dentro da DINF, aplicando as normas NBR ISSO/IEC 27005 e 31000.
Renner Martins Couto	Core Solutions of Microsoft Exchange Server 2013.	Auxiliar equipe de infraestrutura na implementação da ferramenta Microsoft Exchange Server 2013 nos servidores da AEB.

	Gestão da Segurança da Informação – NBR 27001 e NBR 27002	Implementar metodologias de segurança da informação nas ações e processos da DINF.
Tulio Conrado Campos da Silva	Elaboração de PDA	Auxiliar na elaboração do Plano de Dados Abertos.
	Curso de Sistemas SEI.	Auxiliar na utilização de funcionalidades básicas da ferramenta SEI, em parceria estratégica com MPDG e MCTIC.
	Retina Network Scanner.	Utilizar software que permite escanear o correto funcionamento da pluralidade de serviços oferecidos pela DINF.
	SEI!Usar.	Auxiliar na utilização de funcionalidades básicas da ferramenta SEI, em parceria estratégica com MPDG e MCTIC.
Yagho Faria de oliveira Carvalho	Curso de Sistemas SEI.	Auxiliar na utilização de funcionalidades básicas da ferramenta SEI, em parceria estratégica com MPDG e MCTIC.

Em 2016 a AEB executou quatro processos de gerenciamento de serviços de TI, sendo eles:

Gerenciamento de Disponibilidade: tem por foco em monitorar os serviços de TI com a finalidade de antecipar no tratamento de incidentes e indisponibilidade de serviços.

Ferramenta utilizada: Zabbix: essa é uma ferramenta de monitoração do ambiente de infraestrutura, em processo de aprimoramento para dar proatividade no gerenciamento da disponibilidade e mitigação de incidentes e eventos de serviços.

Gerenciamento de Incidente: tem como foco restabelecer os serviços de forma tempestiva, minimizando os impactos nas atividades desempenhadas na AEB. Solicitações feitas através de abertura de chamado, via ferramenta, atendidos por profissionais de primeiro nível (atendimento remoto), segundo nível (atendimento presencial) e terceiro nível (atendimento complexo), para que seja encontrada uma solução de contorno ou até mesmo definitiva.

Ferramenta utilizada: CitSMART ITSM – ferramenta web de gerenciamento de serviços.

Gerenciamento de Requisição: são as solicitações de serviços de TI geralmente simples que envolvem mudanças previamente autorizadas. Solicitações feitas através da abertura de abertura de chamado, via ferramenta, que conta com o atendimento de profissionais de primeiro nível (atendimento remoto), segundo nível (atendimento presencial) e terceiro nível (atendimento complexo).

Ferramenta utilizada: CitSMART ITSM – ferramenta web de gerenciamento de serviços.

Gerenciamento de Nível de Serviço: trata-se de acordo de nível de serviço estabelecido entre a empresa terceirizada, prestadora do serviço de suporte, e o gestor na época do contrato. O monitoramento é feito através de ferramenta e serve de insumo para aplicações de glosas e sanções. Está estabelecido um processo de comunicação, entre a empresa e a DINF (fiscal do contrato), para solicitação de alterações no SLA de um determinado chamado, quando necessário.

Ferramenta utilizada: CitSMART ITSM – ferramenta web de gerenciamento de serviços.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em 2013 a AEB aderiu em conjunto com o MCTIC, ao Programa Esplanada Sustentável – PES. Esse programa foi implantado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e não foi impositivo. A forma de participação foi por adesão, tendo como meta uma redução anual de +/- 10% do consumo de papel, toner, fotocópia, energia elétrica, água, vigilância, conservação, combustível e etc.

A adesão ao PES estabeleceu uma meta para a AEB, o compromisso assumido pela autarquia foi com os serviços de transporte, telefonia, água e energia elétrica. No entanto, há uma distinção entre os serviços administrados. A água e energia são gerenciadas pela Agência Nacional de Águas – ANA. Ressaltamos que a AEB faz parte de um condomínio com diversos órgãos públicos: ANA, CENSIPAM, MCTIC, CEF, BB e MD.

Destaca-se que a AEB participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), e que esta autarquia realiza suas contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012.

A AEB faz a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõem o Decreto 5.940/2006. O trabalho é realizado em parceria com a ANA por meio de Termo de Compromisso.

Em 2013 foi constituída a comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, em atendimento à Instrução Normativa nº 10/2012 – SLTI/MPDG, com atribuição de elaborar, monitorar e revisar o Plano de Logística Sustentável – PLS, como prevê o artigo 16 do Decreto 7.746/2012, e a mesma elaborou o PLS que foi enviado ao MCTIC via Ofício nº 92/2013/DPOA.

A comissão Gestora do PLS, foi atualizada pela Portaria nº 84 de 12/05/2015, já mencionando que o PLS está disponível no site da AEB, no item “acesso a informação”.

Destaca-se que a AEB orienta seus servidores pela intranet e, também, por meio do boletim mensal, onde são publicadas as boas práticas sobre o consumo racional dos insumos ofertados para o desenvolvimento da tarefa diária.

Os resultados alcançados no corrente exercício não foram satisfatórios para a comissão gestora. Os itens administrados pela AEB: telefonia e transporte não sofreram alterações significativas na utilização tanto no uso racional da telefonia como nos quilômetros rodados. O que aumentou foram os valores pagos para o mesmo nível de utilização desses serviços, quando comparados com o verificado no exercício de 2015, ou seja, a AEB mantém o compromisso com a economia dos serviços, mas os reajustes de preços dos insumos administrados é que passam a impressão de que o órgão não está atingindo a redução pretendida.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão

- Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv);
- O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic);
- E-mail: ouv@aeb.gov.br
- E-mail: sic@aeb.gov.br
- Presencial

O Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União – CGU e é utilizado pela AEB por meio do site:

- <http://www.aeb.gov.br/aceso-a-informacao/ouvidoria/>

A Lei de Acesso à Informação – LAI – Lei Federal nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 e tem por objetivo regulamentar o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas, previsto na Constituição. Para gerenciar as solicitações realizadas ao Poder Executivo Federal no âmbito da LAI, a CGU disponibiliza aos gestores e aos cidadãos o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC. Trata de um sistema eletrônico WEB que funciona como porta de entrada única para os pedidos de informação. Seu uso é obrigatório no Poder Executivo Federal, conforme a Portaria Interministerial nº 1.254/2015. O e-Sic é utilizado pela AEB por meio do site:

- <http://www.aeb.gov.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/>

Em 2016 a Ouvidoria integrada com o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC da Agência Espacial Brasileira foram contabilizados:

- Pelo e-Ouv: no período de janeiro/2016 a dezembro/2016, foram 57 (cinquenta e sete) registros de manifestações e 6 (seis) registros de e-mails no ouv@aeb.gov.br, com tempo médio de atendimento em 10,92 dias.
- Pelo e-Sic: no período de janeiro/2016 a dezembro/2016, foram 63 (sessenta e três) registros de pedidos de acesso à informação e 27 (vinte e sete) registros no e-mail no sic@aeb.gov.br, com tempo médio de resposta de 9,65 dias.

7.1.2 Registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores;

Sistema e-Ouv e ouv@aeb.gov.br:

- Registro de Quantidade de Solicitações;
Em 2016 foram 42
- Registro de Quantidade de Reclamações;
Não houve registro de reclamações nos exercícios de 2014 e 2015
Em 2016 foram 02 registros
- Registro de Quantidade de Denúncias;
Não houve registro de denúncia nos exercícios de 2014 e 2015

Em 2016 foram 03 registros

- Registro de Sugestões Recebidas;
Em 2016 foram 12
- Registro de Elogio recebido
Não houve nenhum registro de sugestões recebidas nos exercícios de 2014 e 2015
Em 2016 foram 5
- Sistema e-Sic e sic@aeb.gov.br
- Registro de quantidade de solicitações
Em 2014 foram 108
Em 2015 foram 55
Em 2016 foram 90

Os relatórios podem ser pesquisados na página no site de Acesso à Informação:

- http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html
- <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias>

Analisando os resultados observados, frente a dados registrados em exercícios anteriores, houve um aumento significativo em relação as manifestações, devido ao fato da implantação do canal de acesso via Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal e-Ouv, em 18 de junho de 2016 no site da Agência Espacial Brasileira.

7.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O site da AEB pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/>. No site constam informações sobre a instituição em geral, acesso à informação, programa espacial brasileiro, programas da AEB, cooperação internacional, imprensa e contato.

Constam, ainda, diversas informações diárias sobre os mais variados assuntos da área espacial. A página oferta também a possibilidade de acesso ao site da transparência pública.

7.3 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A AEB ocupa um prédio construído no final da década de 70. Naquela época, não havia a preocupação em disponibilizar ou facilitar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. No entanto, visando atender a legislação vigente, efetuamos as seguintes alterações na estrutura física dos prédios dos blocos “A” e “Q”, conforme segue:

- sala de reuniões no andar térreo, com piso no plano horizontal que garante conforto, segurança e boa visibilidade e acústica.
- rampa de acessibilidade para cadeirantes na entrada do órgão.
- rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres.

- áreas e vagas de estacionamento de veículos, devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso.
- identificação de sanitários com os símbolos internacionais de acesso.
- barras de apoio em banheiro de fácil acesso nos blocos “A” e “Q”.
- elevadores verticais com sinalização tátil e visual.
- sala da Ouvidoria de fácil acesso no térreo, com computadores e sala para atendimento presencial ao cidadão interno e externo, tanto para acessar o e-Ouv e o e-Sic.
- Na modalidade de portadores de necessidades especiais, não foi solicitado por servidor nenhum tipo de equipamento especial, tal como: computador, telephone, material para mesa, cadeira para facilitar o desempenho de suas atividades etc., todos os aprovados no concurso e portadores de PNE (perda auditiva) não relataram a necessidade de equipamentos, conforme declarações apresentadas na Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DPOA.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho financeiro do exercício

A AEB é uma autarquia dotada de autonomia administrativa e financeira, conforme o disposto no art. 2º da Lei nº 8.854/94. Pelo dispositivo legal, a AEB deveria receber sua programação financeira diretamente da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF. No entanto, após a promulgação da Lei Orçamentária Anual – LOA e, por conseguinte, do decreto de programação, a setorial programação financeira do MCTIC elabora e define o limite financeiro para a AEB. Ao observar os limites autorizados para o MCTIC, detecta-se uma divergência no desempenho financeiro autorizado e repassado pela STN/MF ao MCTIC e, posteriormente, autorizado e repassado da setorial para a AEB.

Desempenho financeiro do MCTIC								RS\$ 1,00
Limites do MCTIC	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Limite orçamentário recebido	6.747.315.414,00	90,04%	6.218.739.820,00	93,79%	5.408.047.909,00	92,66%	4.302.052.800,00	103,78%
Limite financeiro recebido	6.075.207.000,00		5.832.786.000,00		5.011.283.000,00		4.464.815.100,00	
Fonte: DOU dos exercícios e SIAFI								

No período de 2013 a 2015 o MCTIC recebeu da STN os respectivos percentuais de 90,04%, 93,79% e 92,66% de repasse financeiro em comparação com o limite orçamentário de movimentação e empenho. No entanto, ao comparar o limite financeiro repassado para a AEB, observa-se uma diminuição acentuada nos exercícios de 2014 e 2015 desse percentual recebido da STN.

Desempenho financeiro da AEB								RS\$ 1,00
Limites da AEB	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Limite orçamentário recebido	291.683.532,00	93,20%	252.758.422,00	70,64%	217.036.227,00	77,62%	145.324.198,00	153,94%
Limite financeiro recebido	271.842.000,00		178.556.596,00		168.468.395,00		223.707.473,00	
Fonte: Ofícios do MCTI e SIAFI								

A redução verificada nos exercícios de 2014 e 2015 ocasionou um aumento significativo dos restos a pagar. O agravamento da situação financeira ocorrida nos exercícios de 2014 e 2015, foram inferiores nos respectivos percentuais de -23,15% e -15,04%.

O exercício de 2016 foi um exercício atípico dos demais exercícios anteriores. Foram realizadas uma série de reuniões e gestões junto ao MCTIC, para expor os problemas da programação financeira da AEB. Até novembro de 2016, não havia perspectiva de que as gestões gerassem alguma mudança no quadro financeiro que estava delineado para o exercício. No entanto, no mês de dezembro, aconteceram dois fatores positivos, quais sejam: o primeiro, a repatriação de recursos do exterior e, o segundo, a devolução de recursos para a STN por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A programação inicial foi de R\$ 163,4 milhões. Até novembro, a AEB recebeu o valor de R\$ 101,0 milhões. Após a consolidação dos fatores positivos, somente em dezembro a AEB recebeu o valor de R\$ 122,6 milhões, ou seja, em apenas um mês, a AEB recebeu um valor superior ao que foi recebido até o mês de novembro.

A AEB iniciou o exercício com um RP inscrito de R\$ 146,3 milhões que, somado aos RPs no valor de R\$ 164,3 milhões, dos órgãos executores (INPE e DCTA), tem-se um Restos a Pagar total de R\$ 310,6 milhões. Após os cancelamentos previstos na legislação, os RPs ficaram em 216,7 milhões. Com o financeiro recebido, foram pagos R\$ 162,9 milhões de RP.

Como a AEB depende exclusivamente da fonte tesouro e, conforme exposto no item desempenho orçamentário, caso não seja equacionado o problema do aumento da dotação orçamentária do PNAE, o desempenho financeiro terá sempre uma tendência estável, uma vez que é o valor da dotação que determina o valor do potencial financeiro a receber. Noutra ponta, a tendência tende a ser negativa, considerando que o financeiro programado fica sempre abaixo das necessidades da UPC. O exercício de 2016 foi atípico e, talvez, dificilmente se repetirá em outros exercícios. O indicador financeiro apontado no item específico do presente relatório representa apenas o nível de pagamento, não diagnosticando o problema nos limites da PLOA autorizados pela setorial até a efetiva programação e repasse do financeiro para a UPC.

8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A metodologia de cálculos da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos desta Unidade Gestora foram aplicados conforme as orientações e critérios da Macro Função 020330 do Manual SIAFI do Governo Federal. Para atender ao solicitado, os seguintes tópicos foram considerados:

- a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;
A AEB está procedendo a depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos de acordo com o que estabelece os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.
- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;
Não se aplica a UPC.
- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;
A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a tabela constante do Manual SIAFI 02.03.30.
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;
A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a tabela constante do Manual SIAFI 02.03.30.
- e) As taxas utilizadas para os cálculos;
As taxas utilizadas para os cálculos são as constantes do Manual SIAFI 02.03.30.
- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;
Quando a AEB necessita aplicar a metodologia para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido utiliza os parâmetros e métricas definidas no Manual SIAFI 02.03.30.
- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 trouxe uma visão mais objetiva do patrimônio da UPC. A UPC não dispõe de patrimônio imobilizado. A UPC tem apenas pequenos bens móveis e que os critérios contidos nas normas estão sendo bem proveitosos para o real valor desses ativos. Os bens móveis mais significativos no patrimônio da AEB são: máquinas e equipamentos energéticos, processamento de dados e mobiliários em geral. Os seus valores estão dentro do que determina a norma aplicável em cada caso.

8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A sistemática de apuração de custos no âmbito da UPC ainda não foi implantada no exercício de referência do presente relatório de gestão. A UPC é vinculada à setorial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC responsável junto à STN para implantar o sistema de custos do Governo Federal. A setorial como Órgão Superior ainda não iniciou o processo de apuração de custos. Dessa forma, esta Unidade Gestora não adotou o Sistema de Custos do Governo Federal no exercício em referência. No próximo exercício, tão logo seja definido os parâmetros será possível iniciar o cumprimento dessa demanda e fornecer as informações deste subitem.

8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As informações deste subitem estão apresentadas na Seção 10 – Anexos e apêndices do presente relatório de gestão.

Quanto às notas explicativas sobre os balanços, atestamos que os relatórios extraídos do SIAFI WEB e anexados na Seção 11, correspondem às informações e aos valores constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA e das programações aprovadas pela setorial do MCTIC conforme o decreto anual que trata do presente assunto.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
001.502/2014-0	421/2016	1.7	Ofício N° 0464/2016	17/03/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Agência Espacial Brasileira - AEB				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Selog que informe a Agência Espacial Brasileira sobre a autorização, exarada no item 9.5 do Acórdão 3.491/2014-TCU-Plenário, para a realização do desconto em folha de pagamento da multa que o referido julgado impôs ao Sr. André de Assis Machado (CPF 191.828.198-25), no valor individual histórico de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sobre a remuneração do citado responsável, observando, por analogia, o disposto no art. 46 da Lei n° 8.112/1990, esclarecendo, ainda, a entidade, que, na impossibilidade do desconto integral ou parcelado do valor da multa sobre a remuneração do Sr. André de Assis Machado, a situação seja informada ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que o Tribunal adote as medidas necessárias à cobrança judicial da dívida por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, conforme dispõe o art. 28 da Lei n° 8.443/1992 c/c o art. 219 do Regimento Interno do TCU				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Conforme explicitado no Ofício 45/PRE/2016, de 21/03/2016, foi informado ao TCU (no prazo estipulado) que o Sr. André de Assis Machado (CPF 191.828.198-25), não era mais servidor desta Agência desde 01/03/2016, data que solicitou exoneração do cargo, o que impediu o desconto em folha.				

No ano de referência houve apenas a determinação acima, proveniente do Acórdão 421/2016-TCU-Plenário.

O procedimento para atendimento das diligências do TCU no âmbito da AEB é iniciado pelo Gabinete, onde é feita uma triagem inicial e encaminha à área responsável para atendimento. A Auditoria Interna é a área responsável pelo acompanhamento do atendimento das recomendações e determinações pelos gestores, conforme estabelecido no seu Regimento Interno o qual prevê o seguinte: *“apoiar a realização de inspeções, auditorias e demais procedimentos de controle externo”*.

Por fim, declaramos que não há, no momento de finalização deste Relatório, quaisquer determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente).

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Atualmente as recomendações expedidas pela Controladoria-Geral da União – CGU, são monitoradas por esta Auditoria Interna para atendimento dentro dos prazos estabelecidos por meio do Sistema Monitor da CGU. Com o intuito de coletar os dados para atender a este item, foi gerado relatório do Plano de Providências Permanente com o seguinte escopo:

- Excluir recomendações atendidas ou canceladas antes da data 01/01/2016
- Excluir recomendações emitidas após a data 01/01/2017.

O período selecionado produziu um PPP com 143 recomendações sendo monitoradas pela Controladoria-Geral da União (CGU). No final do exercício, 02 delas haviam sido atendidas, o que totalizou 141 pendentes. Destas 141, 19 encontravam-se pendentes de resposta do Gestor no final do exercício e 122 foram respondidas e estão sob a avaliação da CGU.

No que concerne às recomendações que estão sob acompanhamento da CGU, duas observações merecem ser explicitadas. A primeira é que 78 delas (63%) referem-se a um tema específico (Contrato 16/2012, Projeto Cyclone). O que, em tese, espera-se se seja solucionado em conjunto. A segunda é que a Auditoria Interna em conjunto com CGU está num processo de reavaliar/otimizar as recomendações emitidas, considerando as alterações na legislação ou eventuais entendimentos dos gestores de que certas recomendações foram atendidas.

O uso do Sistema Monitor, que de certa forma facilitou a troca de informações entre a AEB e o órgão de controle interno. Para o atendimento das recomendações, é feita uma triagem inicial e encaminhado para a área responsável pelo fornecimento de subsídios para o atendimento. Como o próprio Sistema Monitor instituiu os agentes responsáveis pela revisão das informações recebidas pelos gestores e posterior encaminhamento para a CGU, entende-se que foi otimizada a forma de acompanhamento do atendimento das recomendações, haja vista que são mais atores responsáveis pelo acompanhamento do processo.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve instauração de medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário conforme consignado no e-contas. No entanto, a UPC dispõe de dois servidores cadastrados no sistema CGU-PAD para registrar qualquer ato ilícito. A UPC não dispõe de uma corregedoria, mas conta com o apoio da corregedoria do MCTIC para reforçar a estrutura de controle, visando apurar dano ao Erário.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A AEB guarda conformidade com o art. 5º da Lei 8.666/1993, obedecendo as datas cronológicas para os pagamentos das empresas prestadoras dos serviços e obras. Os pagamentos seguem a seguinte cronologia e segregação de áreas competentes:

Primeira etapa do cronograma: a Divisão de Compras e Serviços Gerais ou as áreas técnicas responsáveis pelos contratos finalísticos atuam na fiscalização dos contratos, recebimento das notas fiscais, conferência da documentação para garantir à exigibilidade das empresas prestadoras de serviços da atividade-meio ou finalística.

Segunda etapa: a nota fiscal é atestada pelos fiscais dos contratos.

Terceira etapa: é realizada a medição no Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG e o encaminhamento da nota fiscal para a área financeira responsável pela liquidação e pagamento, conforme a data de vencimento e fluxo de caixa disponível no momento.

9.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2106/2000.0002	157.718,18	121.373,63
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública			

A despesa Institucional efetuada pela UPC não foi com agências de publicidade e propaganda. A despesa efetuada foi com a empresa Gráfica e Editora Movimento LTDA. – CNPJ 08.220.275/0001-42 – Contrato nº 11/2011. O objeto do contrato é para confeccionar folders, cartilhas, banners etc., quando da participação da UPC nas diversas feiras de C&T.

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1 Anexo do subitem 5.1 do presente relatório



PORTARIA Nº 97 AEB, 18 DE OUTUBRO DE 2016

Cria Grupo de Governança e Grupo de Trabalho para atendimento da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10/05/2016.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso das suas atribuições legais e, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 4.718, de 4 de junho de 2003, que aprova a Estrutura Regimental da AEB e, ainda, para atender o disposto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 10 de maio de 2016, Resolve:

Art. 1º - Criar Grupo de Governança, constituído pelo presidente e diretores da AEB, com a finalidade de deliberar sobre a implantação das medidas necessárias ao atendimento da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01/2016.

Art. 2º – Instituir, no âmbito da Agência Espacial Brasileira – AEB, Grupo de Trabalho para implantar medidas, visando atender ao que determina a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01/2016, sobretudo no que diz respeito ao seu Art. 1º que diz: “os órgãos e entidades do Poder

Executivo Federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança”.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho de que trata o artigo anterior será formado pelos seguintes servidores:

- Laudir Schmitz – GABINETE (Coordenador);
- Francisco Cleodato Porto Coelho – DPOA (Coordenador Substituto);
- Aslei Andrade da Silva – DPOA;
- Paulo Eduardo Rocha Pinto - DPOA;
- Danusa Pegoraro Szimanski – ACI;
- Henrique Fernandes Nascimento – CCS;
- Ademir Luiz Xavier Júnior – DSAD;
- Rui Carlos Botelho Almeida da Silva – DSAD;
- Michele Cristina Silva Melo – DPEI;
- Nadia Bandeira Sacenco Kornijezku – DPEI;
- Jaime Augusto da Silva – DTEL;
- Zenon Kouzak – DTEL.

Art. 4º - Como primeira etapa, o Grupo de que trata o Art. 2º da presente Portaria, deverá elaborar um relatório que apresente um diagnóstico das medidas já adotadas e daquelas que serão necessárias para a sistematização de práticas relacionadas à Gestão de Riscos, aos Controles Internos, e à Governança. O material produzido, obrigatoriamente, terá de levar em conta os conceitos, princípios, objetivos, estruturas, modelos, política e responsabilidades, previstos e adotados pela INC/MP/CGU/Nº 01/2016 e que atendam à legislação em vigor ou apontem para a necessidade de sua mudança.

§ 1º - O prazo para conclusão da primeira etapa dos trabalhos será de 120 dias, a partir da data de publicação desta Portaria.

§ 2º – O relatório de que trata o Caput passará pela deliberação do Grupo de Governança de que trata o Art. 1º da presente Portaria.

Art. 5º - Com base no relatório de diagnóstico, aprovado pelo Grupo de Governança, o Grupo de Trabalho deverá elaborar um plano de implementação das medidas previstas na INC/MP/CGU Nº 01/2016, até 10 de maio de 2017, a ser submetido para aprovação final por parte do presidente da AEB.

Art. 6º - A partir do plano de implementação aprovado pelo presidente da AEB, caberá ao Grupo de Trabalho coordenar a sua execução, estabelecendo os recursos materiais e humanos necessários, bem como, informar, periodicamente, ao Grupo de Governança, sobre o seu andamento, com a finalidade de avaliações.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO

10.2 Anexo do subitem 5.3 do presente relatório



BOLETIN INTERNO

IV. proteger as informações contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não-autorizados pela Agência Espacial Brasileira;

V. assegurar que os recursos tecnológicos à sua disposição sejam utilizados apenas para as finalidades aprovadas pela Agência Espacial Brasileira;

VI. comunicar imediatamente ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações qualquer descumprimento ou violação desta Política e/ou de seus documentos complementares.

CAPÍTULO IX

DA VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

Art. 75. A Política de Segurança da Informação e Comunicações, bem como o conjunto de instrumentos normativos gerados a partir dela, será revisada de forma periódica ou sempre que se fizer necessário, não excedendo o período máximo de dois anos de sua publicação.

Art. 76. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE RAIMUNDO BRAGA COELHO

1.2 – ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, de 24 de dezembro de 2013.

Regulamenta a atuação da Auditoria Interna –
AIN no âmbito da Agência Espacial Brasileira –
AEB.

O PRESIDENTE da AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, e tendo em vista a recomendação contida na Constatação 4.1.1.3, Recomendação 1 dos Achados de Auditoria nº 201306049, resolve:

Art. 1º Autorizar à Auditoria Interna o acesso irrestrito a registro de pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevante à execução de suas auditorias;

Art. 2º Estabelecer que as áreas desta Agência apresentem, tempestiva e obrigatoriamente, informações solicitadas pela Auditoria Interna;

Art. 3º Permitir que a Auditoria Interna possa obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;

Art. 4º Vedar o envolvimento dos auditores internos em atividades que caracterizam participação na gestão;

Art. 5º As dúvidas surgidas na aplicação desta Ordem de Serviço serão dirimidas pelo Auditor-Chefe;

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno.

JOSE RAIMUNDO BRAGA COELHO

31/12/2013 – pág. 18 de 24

10.3 Anexos do subitem 8.4 do presente relatório



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB - AUTARQUIA
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orcamentárias	1.657.187,16	197.617,72	Despesas Orcamentárias	36.819.438,41	57.273.735,83
Ordinárias	1.657.187,16	200.132,47	Ordinárias	36.794.798,38	57.024.783,54
Vinculadas	-	8.583,76	Vinculadas	24.640,03	248.952,29
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Proeramas	-	8.583,76	Operação de Crédito	24.640,03	248.952,29
(-) Deduções da Receita Orcamentária	-	-11.098,51			
Transferências Financeiras Recebidas	231.885.563,92	173.182.504,86	Transferências Financeiras Concedidas	173.625.202,73	128.446.171,35
Resultantes da Execução Orcamentária	52.086.826,02	71.058.978,35	Resultantes da Execução Orcamentária	49.071.982,22	38.264.812,30
Repasso Recebido	52.086.826,02	71.058.978,35	Repasso Concedido	48.970.348,38	38.264.812,30
Independentes da Execução Orcamentária	179.798.737,90	102.123.526,51	Repasso Devolvido	101.633,84	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	179.798.434,20	102.055.500,00	Independentes da Execução Orcamentária	124.553.220,51	90.181.359,05
Movimentação de Saldos Patrimoniais	303,70	68.026,51	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	122.896.033,35	87.345.412,42
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	2.635.814,16
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.657.187,16	200.132,47
			Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorcamentários	16.046.210,94	41.251.734,30	Despesas Extraorcamentárias	39.847.793,26	30.931.876,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.663.142,43	2.174.991,97
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	16.044.895,61	41.251.734,30	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	28.183.335,50	28.007.167,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.315,33	-10.140,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.315,33	-
Outros Recebimentos Extraorcamentários	-	10.140,00	Outros Pagamentos Extraorcamentários	-	749.716,27
Demais Recebimentos	-	10.140,00	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	749.716,27
Saldo do Exercício Anterior	1.538.401,50	3.558.327,93	Saldo para o Exercício Seguente	834.929,12	1.538.401,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.538.401,50	3.558.327,93	Caixa e Equivalentes de Caixa	834.929,12	1.538.401,50
TOTAL	251.127.363,52	218.190.184,81	TOTAL	251.127.363,52	218.190.184,81

Fonte: SIAFIWEB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 203001 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA/AEB
ORGÃO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	32.512.00	32.512.00	1.657.187.16	1.624.675.16
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	32.512.00	32.512.00	-	-32.512.00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	32.512.00	32.512.00	-	-32.512.00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	1.657.187.16	1.657.187.16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	1.824.32	1.824.32
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.655.362.84	1.655.362.84
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	32.512.00	32.512.00	1.657.187.16	1.624.675.16
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	32.512.00	32.512.00	1.657.187.16	1.624.675.16
DÉFICIT	-	-	35.162.251.25	35.162.251.25
TOTAL	32.512.00	32.512.00	36.819.438.41	36.786.926.41
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

Fonte: SIAFIWEB

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA
DESPESAS CORRENTES	65.707.110,00	69.655.441,00	17.056.188,60	14.017.971,29	14.017.971,29	52.599.252,40
Pessoal e Encargos Sociais	4.866.410,00	8.617.846,00	8.157.140,32	8.157.140,32	8.157.140,32	460.705,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	60.840.700,00	61.037.595,00	8.899.048,28	5.860.830,97	5.860.830,97	52.138.546,72
DESPESAS DE CAPITAL	93.936.603,00	84.286.603,00	19.763.249,81	6.756.571,51	6.756.571,51	64.523.353,19
Investimentos	93.936.603,00	84.286.603,00	19.763.249,81	6.756.571,51	6.756.571,51	64.523.353,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	159.643.713,00	153.942.044,00	36.819.438,41	20.774.542,80	20.774.542,80	117.122.605,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	159.643.713,00	153.942.044,00	36.819.438,41	20.774.542,80	20.774.542,80	117.122.605,59
TOTAL	159.643.713,00	153.942.044,00	36.819.438,41	20.774.542,80	20.774.542,80	117.122.605,59

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	933.051,84	8.034.587,07	6.319.131,87	6.319.131,87	1.635.422,96	1.013.084,08
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	933.051,84	8.034.587,07	6.319.131,87	6.319.131,87	1.635.422,96	1.013.084,08
DESPESAS DE CAPITAL	83.280.631,04	33.217.147,23	21.864.203,63	21.864.203,63	82.460.361,90	12.173.212,74
Investimentos	83.280.631,04	33.217.147,23	21.864.203,63	21.864.203,63	82.460.361,90	12.173.212,74
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	84.213.682,88	41.251.734,30	28.183.335,50	28.183.335,50	84.095.784,86	13.186.296,82

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.721.012,56	-	9.181.466,51	-	3.539.546,05
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.721.012,56	-	9.181.466,51	-	3.539.546,05
DESPESAS DE CAPITAL	8.186.734,98	-	2.481.675,92	-	5.705.059,06
Investimentos	8.186.734,98	-	2.481.675,92	-	5.705.059,06
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20.907.747,54	-	11.663.142,43	-	9.244.605,11

Fonte: SIAFIWEB

Nota explicativa – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, o Órgão 20402 apresentou um saldo em aberto de R\$ 9.244.605,11, com fornecedores e contas a pagar, de obrigações a curto prazo.

A totalidade dos fornecedores e contas a pagar de curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, que representam 100% do total a ser pago.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor:

		31/09/2016	AV (%)
Fornecedor	05003506000178 Consórcio PMM	9.244.605,11	100%
Total		9.244.605,11	100%

Fonte: SIAFI, 2016

O fornecedor acima representa 100% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- a) Fornecedor 05003506000178 – Consórcio PMM – Serviços de Projetos qualificação, fabricação, montagem e testes dos Subsistemas de estrutura, suprimento de energia, propulsão e TT&C para a plataforma multimissão dos satélites do PNAE.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 203001 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA/AEB
ORGÃO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSION 08/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	139.240.989,32	123.724.003,91	PASSIVO CIRCULANTE	9.381.195,24	21.024.796,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	834.929,12	1.538.401,50	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	126.450,13	5.274,85
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	138.112.910,52	121.790.446,68	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.244.605,11	20.907.747,54
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	293.149,68	395.155,73	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	10.140,00	111.773,84
ATIVO NÃO CIRCULANTE	74.613.882,78	67.938.384,84	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	36.102,43	36.102,43	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	677,96	677,96	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	35.424,47	35.424,47	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos			Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9.381.195,24	21.024.796,23
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-185,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	67.419.487,65	67.761.761,60	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	4.012.189,01	4.354.462,96	Resultados Acumulados	204.473.676,86	170.637.777,65
Bens Móveis	6.520.392,35	6.279.973,99	Resultado do Exercício	33.889.908,97	75.053.146,12
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-2.508.203,34	-1.925.511,03	Resultados de Exercícios Anteriores	170.637.777,65	95.412.504,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-54.009,76	172.127,48
Bens Imóveis	63.407.298,64	63.407.298,64	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	63.407.298,64	63.407.298,64	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	204.473.676,86	170.637.592,52
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	7.158.292,70	140.520,81			
Softwares	127.049,98	110.249,98			
Softwares	979.484,27	962.684,27			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-852.434,29	-852.434,29			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	7.031.242,72	30.270,83			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	7.031.242,72	30.270,83			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de	-	-			
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	213.854.872,10	191.662.388,75	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	213.854.872,10	191.662.388,75

Fonte: SIAFIWEB

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	834.929,12	1.538.401,50	PASSIVO FINANCEIRO	38.485.937,54	146.484.938,56
ATIVO PERMANENTE	213.019.942,98	190.123.987,25	PASSIVO PERMANENTE	126.450,13	5.274,85
			SALDO PATRIMONIAL	175.242.484,43	45.172.175,34

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos	2016	2015
SALDO DOS ATOS	18.689.269,49	19.534.904,36	SALDO DOS ATOS	252.599.719,13	352.283.708,46
Execução dos Atos Potenciais	18.689.269,49	19.534.904,36	Execução dos Atos Potenciais	252.599.719,13	352.283.708,46
Garantias e Contra garantias	18.661.900,16	18.392.535,03	Garantias e Contra garantias	-	-
Direitos Conveniados e Outros	-	1.115.000,00	Obrigações Conveniadas e	242.551.512,88	334.675.364,52
Direitos Contratuais a Executar	27.369,33	27.369,33	Obrigações Contratuais a	10.048.206,25	17.608.343,94
Outros Atos Potenciais Ativos a	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	18.689.269,49	19.534.904,36	TOTAL	252.599.719,13	352.283.708,46

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-37.871.804,22
Recursos Vinculados	220.795,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	220.795,80
TOTAL	-37.651.008,42

Fonte: SIAFIWEB

Notas explicativas – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2016, o Órgão 20402 possuía um saldo de R\$9.872.421,25, relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos a serem executadas no vencimento.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais – Composição

	31/09/2016	31/12/2015	AH (%)
Fornecimento de Bens	395.965,00	264.985,00	
Serviços em Execução	9.872.421,25	17.432.558,94	58%
Total	10.268.386,25	17.697.543,94	58%

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016

As obrigações contratuais relacionadas representam a maioria do total das obrigações assumidas pela Agência Espacial Brasileira – AEB.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e os saldos a serem executados.

Obrigações Contratuais – Por Contratado

	31/09/2016	AV (%)
Contratado A 00011009000106 – FIBRAFORTE ENG. IND. E COM.	2.289.492,21	24%
Contratado B 04318188000171 – ORBITAL ENG. S/A	1.064.156,99	11%
Contratado C 07171299000196 – CENTRAL IT TECNOL.	692.726,21	7%
Contratado D 65481012000120 – MECTRON	723.069,67	8%
Contratado E 88031539000159 – AEL SISTEMAS S/A	653.735,60	7%
Total	10.704.468,44	57%

Fonte: SIAFI, 2016

Em relação aos contratados A e B, estes representam 34% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Contratado A: Serviços de Tecnologia Aéreo Espacial.

Contratado B: Serviços de Tecnologia Aéreo Espacial.

Contratado C: Serviço de Técnico de Informática e apoio técnico de atividade.

Contratado D: Serviço de Tecnologia Aéreo Espacial – Transponder MV1, MV2 E MV3.

Contrato E: Serviço de Tecnologia Aéreo Espacial.

Em relação aos contratados A, B e C, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Contratados – Principais Transações

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
FIBRAFORTE	SERVIÇOS DE TECNOL. ENG. E COM.	7.883.358,00	2.289.492,21	-
ORBITAL ENG. S/A	SERV. TECNOL. AÉREO ESPACIAL	3.220.102,37	1.064.156,99	06/01/17
CENTRAL IT	SERV. TÊC. DE INF. E APOIO TÊCN.	1.242.538,00	692.726,21	15/07/16

Fontes: SIAFI: 2016

Em 31/12/2015 o Órgão 203001/20402-20402 apresentava na conta de Obrigações Contratuais o valor de R\$ 17.697.543,94, enquanto que, em 31/12/2016, passou a constar na mesma conta R\$ 9.872.421,25, isto deve-se a valores de contratos encerrados e/ou valores irrisórios que foram devidamente baixados no sistema SIAFI/2016.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 203001 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA/AEB
ORGÃO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	242.223.973,24	342.378.219,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	8.583,76
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	8.583,76
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.875.131,92	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	37.169,02	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.837.962,90	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	233.196.378,66	173.187.508,16
Transferências Intra governamentais	231.904.658,45	173.182.504,86
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orcamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.291.720,21	5.003,30
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	101.633,84	168.219.263,91
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	36.881.624,38
Ganhos com Desincorporação de Passivos	101.633,84	131.337.639,53
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.050.828,82	962.863,40
Variacão Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.050.828,82	962.863,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	208.334.064,27	267.325.073,11
Pessoal e Encargos	8.439.111,17	5.473.377,99
Remuneração a Pessoal	6.079.069,46	4.464.190,45
Encargos Patronais	1.728.642,85	598.218,65
Benefícios a Pessoal	631.398,86	410.968,89
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	380.058,10	335.533,20
Aposentadorias e Reformas	336.549,34	295.027,44
Pensões	43.508,76	40.505,76
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10.571.547,07	8.756.739,61
Uso de Material de Consumo	192.393,59	154.123,34
Serviços	9.794.375,54	7.689.535,49
Depreciação, Amortização e Exaustão	584.777,94	913.080,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	11.098,51
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	11.098,51
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	188.733.559,92	194.052.427,10
Transferências Intra governamentais	173.644.297,26	128.446.171,35
Transferências Intergovernamentais	12.754.964,72	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	7.750,60	7.546,44
Execução Orcamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.326.547,34	65.598.709,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.318,04	58.579.940,72
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	7.318,04	-
Incorporação de Passivos	-	54.414.372,08
Desincorporação de Ativos	-	4.165.568,64
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	202.469,97	115.955,98
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	202.469,97	115.955,98
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	33.889.908,97	75.053.146,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB - AUTARQUIA
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INO.V.E COMUNICACOES
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 08/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital	Adiant. para Futuro	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	95.412.504,05	-	-	95.412.504,05
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	172.127,48	-	-	172.127,48
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-185,13	-	-185,13
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	75.053.146,12	-	-	75.053.146,12
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	170.637.777,65	-185,13	-	170.637.592,52
Especificação	Patrimônio/ Capital	Adiant. para Futuro	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	170.637.777,65	-185,13	-	170.637.592,52
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	116.217,22	-1.900,50	-	114.316,72
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	1.900,50	-	-	1.900,50
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.085,63	-	2.085,63
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	33.889.908,97	-	-	33.889.908,97
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-172.127,48	-	-	-172.127,48
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	204.473.676,86	-	-	204.473.676,86

Fonte: SIAFIWEB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB - AUTARQUIA
ORGÃO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSION 08/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	10.120.151,72	19.690.510,26
INGRESSOS	233.544.066,41	173.380.122,58
Receitas Derivadas e Originárias	1.657.187,16	197.617,72
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	8.583,76
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.657.187,16	189.033,96
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	231.886.879,25	173.182.504,86
Ingressos Extraorçamentários	1.315,33	-10.140,00
Transferências Financeiras Recebidas	231.885.563,92	173.182.504,86
Demais Recebimentos	-	10.140,00
DESEMBOLSOS	-223.423.914,69	-153.689.612,32
Pessoal e Demais Despesas	-26.157.015,89	-12.336.633,21
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-377.903,04	-363.494,30
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitacão	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-25.779.112,85	-11.973.138,91
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-23.640.380,74	-12.157.091,49
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.700.379,76	-646.689,17
Outras Transferências Concedidas	-21.940.000,98	-11.510.402,32
Outros Desembolsos das Operações	-173.626.518,06	-129.195.887,62
Dispêndios Extraorçamentários	-1.315,33	-
Transferências Financeiras Concedidas	-173.625.202,73	-128.446.171,35
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-749.716,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.823.624,10	-21.710.436,69
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-10.823.624,10	-21.710.436,69
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.866.793,91	-3.401.319,90
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.956.830,19	-18.309.116,79
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-703.472,38	-2.019.926,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.538.401,50	3.558.327,93
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	834.929,12	1.538.401,50

Fonte: SIAFIWEB